17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

4ª Sessão Legislativa

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII FLORIANÓPOLIS, 15 DE DEZEMBRO DE 2014 NÚMERO 6.769

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Carlos Chiodini - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Valdir Cobalchini
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Gelson Merisio

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Gilmar Knaesel
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Gilmar Knaesel - Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Darci de Matos

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA
José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Darci de Matos
Mauricio Eskudlark
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Serafim Venzon

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Angela Albino - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Darci de Matos
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE SAÚDE
Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Darci de Matos
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL
Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Valdir Cobalchini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos – Presidente
Dirce Heiderscheidt – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon
Reno Caramori
Ana Paula Lima

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Rita de Cassia Costa

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII
NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 027ª Sessão Extraordinária realizada em 05/11/2014 2
Publicações Diversas
Audiência Pública 4
Atas de Comissões Permanentes 14
Extrato 14
Mensagem Governamental 14
Projetos de Lei 16

PLENÁRIO

ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 16:20h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0287/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0442, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

A Presidência defere de plano os Requerimentos n.s: 807, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 808, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 809, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 806, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem ao gerente da TIM em Santa Catarina, solicitando a instalação da torre de telefonia móvel nas proximidades do Distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 88, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, apelando ao ministro de Estado da Justiça, pela permanência da Força Nacional de Segurança Pública, e o aumento de seu efetivo, em toda a faixa de fronteira de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero fazer menção de que já estão sendo feitas algumas ações em torno dos dez anos do PAB - Programa

Antonieta de Barros -, que trouxe para esta Casa vários jovens, mudando a vida de muitos deles.

Eu tenho testemunhado, nesses quatro anos dentro deste Parlamento, a grandeza desse projeto e a grandeza do Parlamento de ter mantido como permanente essa política dirigida, atualmente, na Assembleia, pela companheira Marilú.

Quero informar também que hoje teremos uma sessão solene em homenagem aos 65 anos da União Catarinense de Estudantes, depois de tantas lutas pela democracia do nosso país.

Por fim, sr. presidente, queria fazer menção ao aniversário de uma colega da Casa, Shirley Azevedo, companheira da luta pela democracia, pela luta, em especial, das mulheres, que eu gostaria que ficasse registrado nos Anais deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero, ao saudar aqui o dr. Genoir Simoni, médico e presidente da Unimed de Florianópolis, lembrar que o nosso atual sistema de saúde pública está, infelizmente, muito aquém da necessidade da população catarinense e certamente da população brasileira. Graças a Deus ou graças à organização dos catarinenses, em muitas cidades, temos o serviço paralelo que, de certa maneira, atende parte dessa demanda reprimida que existe na saúde.

Em muitas cidades como Itajaí, Blumenau, Joinville e Brusque, os sindicatos, como o Sintrafite, Sindmestre, Sindicato dos Metalúrgicos, atendem mais de 30% da população.

Então, 30% da população já é atendida por esses sindicatos, e 20%, 25% da população é atendida pela Unimed.

Então, pode-se dizer que na cidade de Brusque, pelo menos, metade dos brusquenses não usa o sistema público, a não ser programas de vacinação ou outros, como Outubro Rosa - campanha de controle e combate ao câncer feminino -, Novembro Azul, fora isso, seguramente, a metade da população daquela cidade não usa o serviço público. Ainda bem que é assim, não fosse isso apareceria muito mais essa ferida que está caótica, pois sofrem aqueles 50% que são obrigados a usar o SUS, que sofrem na espera de filas para atendimento de urgência, de emergência. E, seguramente, a Unimed tem contribuído muito para esse atendimento.

Hoje a Unimed inaugura aqui em Florianópolis O Hospital Unimed, justamente para melhorar esse atendimento que é feito em diversas cidades em Santa Catarina, em grande parte do Brasil. A Unimed é grande em todos os estados. O primeiro hospital feito pela Unimed foi em Chapecó, depois, Joinville, e agora, aqui em Florianópolis.

Sei que a Unimed de Brusque já articula para construir o próprio hospital. A Unimed Litoral, em Itajaí, Balneário Camboriú, já tem um hospital há alguns anos. Então, a Unimed cresceu, mas pode atender melhor, otimizando melhor os recursos, revertendo aquilo que é contribuição para os cooperados, para os associados, num serviço melhor.

Então, queria cumprimentar o doutor Genoir Simoni, da Unimed de Florianópolis, saudar a grande Unimed, todos os cooperados da Unimed porque, graças e essa cooperativa, conseguimos suprir bastante essa grande deficiência que, infelizmente, existe na área da Saúde.

Em segundo lugar, sr. presidente, os jornais de ontem e de hoje reportaram a eleição dos Estados Unidos e lá, aliás, nos resultados está justamente aparecendo o crescimento de deputados e senadores da Oposição.

Mas eu não queria me ater à questão de deputados e senadores ou de Situação e Oposição nos Estados Unidos, mas certamente muitos dos senhores, dos nossos expectadores, ouviram alguma reportagem em que aparece bem o tipo de eleição eletrônica que existe nos Estados Unidos.

O nosso modelo de votação todos conhecemos. Vamos lá na urna eletrônica, digitamos o número do nosso candidato e aparece no controle, no visor, a fotografia do candidato. Depois você confirma, mas ninguém tem certeza se aquele voto foi mesmo para o candidato escolhido ou não. Acreditamos que sim! Acreditamos que, de fato, o voto foi para aquele, mas não existe uma forma de o eleitor conferir. A votação é tão secreta aqui no Brasil que nem mesmo o eleitor consegue saber com certeza se aquele voto dele valeu mesmo para o candidato que ele quis votar.

Mas na reportagem que eu vi, de ontem à noite e hoje pela manhã, apareceu bem este aspecto que eu vou enfatizar. O cidadão, nos Estados Unidos, na urna eletrônica, que foi copiada daqui e melhorada, vota, digita os números do candidato dele, na sequência, como tivemos aqui. Quando ele termina de digitar sai um papelzinho, na mão dele, onde estão escritos todos os candidatos que ele votou. Assim, ele confere para ver se são aqueles candidatos mesmo. E, por último - apareceu bem nesse trabalho que a Rede Globo apresentou - o eleitor coloca aquele papel numa máquina que o engole.

Ou seja, aquele papel foi apenas para ele ter certeza de que o voto foi para o candidato dele e, para confirmar essa votação, ele tem que colocar na máquina o papel que faz a leitura em código de barras. Então, automaticamente, aquele voto que está expresso no papel passa a valer no sistema, é contabilizado no sistema para fins de apuração rápida, mas lá dentro da caixa, da urna, ficou o voto dele escrito e pode ser então recontado.

E ainda o juiz eleitoral pode, aleatoriamente, escolher algumas urnas, em algumas cidades, para fazer a contagem dos votos e confrontar com os votos que já estão contabilizados no sistema eletrônico.

Para que isso tudo? Para ninguém cair na bobagem de fazer qualquer adulteração e, de fato, confrontar sempre o resultado que está na apuração eletrônica e o voto que está escrito no papel, dentro da máquina.

Ou seja, o sistema americano permite que se recontem os votos no papel e se faça acreditar que não seja adulterado o resultado da eleição. Aqui no Brasil, infelizmente, cabe-nos acreditar. E uma recontagem torna-se até impossível.

Agora, à tarde, especificamente, às 13h, o juiz eleitoral tentou contar os votos de uma urna lá de Içara que ainda não havia contado, são 287 votos, e a vontade do eleitor não está expressa em lugar nenhum, com um detalhe, não há como contar! Tentaram contar no dia da eleição e não deu. Agora, novamente, não deu!

Então, vão chamar alguém de Brasília para ver a questão da criptografia e tentar interpretar os votos que estão lá dentro! Ora, isso significa que precisamos melhorar aquilo que foi inventado há alguns anos no Brasil, mas até agora não houve nenhuma evolução, que precisa acontecer para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o eminente deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Na verdade, sr. presidente, eu ia pedir um aparte ao deputado Serafim Venzon para tocar neste assunto e falar sobre esta questão.

Estava, hoje, pela manhã, lendo sobre a questão das urnas eletrônicas, que dizem, são invioláveis. Pegaram algumas urnas, aleatoriamente, e levaram para a Universidade Federal de São Paulo para ver se elas são, realmente, invioláveis. Os técnicos fizeram o levantamento e rapidamente desvendaram que a tal urna que era inviolável, pode ser, sim, manipulada. Pode ser, sim!

Tanto é verdade que foram enviadas urnas para a eleição no Paraguai, mas aquele país as devolveu por não acreditar na sua eficiência. Então, preferiram não usar as urnas.

A Alemanha também não quis usar as urnas eletrônicas e lá foi proibido o seu uso por entenderam que podem ser violadas. Nos Estados Unidos, se não estou enganado, é inconstitucional o uso de urna eletrônica. E aí fico me perguntando: nós temos *hacker* no mundo todo, no Brasil também, que são aqueles elementos que conhecem profundamente de eletrônica, de informática, esses elementos entram em dados confidenciais de agências de informação secreta nos Estados Unidos, na Alemanha. Eles entraram em dados secretos de bancos. Então, esses elementos não iriam descobrir como funciona uma urna eletrônica?

Com certeza absoluta essas urnas não são confiáveis! Não me refiro ao pleito que acabou de acontecer, estou me referindo, de maneira pontual, às urnas. Se houve manipulação ou não, não vem ao caso agora. O

que vem ao caso é saber se realmente vale à pena continuar com esse sistema, um sistema que pode ser violado, um sistema que pode causar prejuízo a um candidato.

Tenho depoimentos, no meu *Facebook,* que recebi de famílias simples, dizendo que os 13 votos foram para uma pessoa, mas na urna não apareceu nenhum voto, e a família votou num determinado candidato e não tinha um voto naquela seção para aquela pessoa. Onde foram parar os votos?

Há vários exemplos no país. Nós temos aqui uma situação de fundamental importância, pois o deputado Dóia Guglielmi está deixando de ser deputado, ele que trabalhou, que participou das eleições e, muito provavelmente, dentro dessa urna que ninguém consegue abrir, está a sua reeleição. O prejuízo do candidato com um mandato é grande. Está deixando de ter um mandato legítimo por conta de uma urna com problemas. Será que são problemas mesmo que tem essa urna? O que tinha nessa urna? Por que não se consegue abrir essa urna? Por que não conseguem contar os votos dentro dessa urna? Que segredo é esse? Assim vamos Brasil afora. Quantas urnas no Brasil tiveram que ser substituídas e, por isso, as pessoas tiveram que votar no papel?

Então, se esse sistema fosse confiável, a Alemanha, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, países superdesenvolvidos, já estariam usando há muito tempo. E tem país, inclusive, que considera inconstitucional o uso da urna eletrônica. Até o nosso Paraguai não quis as urnas. E nós continuamos acreditando que as nossas urnas são ótimas. E aí eu pergunto: e quem me garante que meu voto vai para o mesmo candidato da foto? Enfim, é uma máquina que se prega ser extremamente desenvolvida, inviolável, mas que já provaram que ela não é inviolável, pois a própria Universidade Federal de São Paulo abriu.

Então, é um caso a se pensar. Eu fico, então, torcendo para que o meu amigo Dóia Guglielmi volte para esta Casa e se faça Justiça, porque é uma injustiça esse rapaz ficar fora da Assembleia por causa de uma urna apenas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. traz um assunto, no mínimo, intrigante. Eu confesso que também não entendo por que países como Japão, Alemanha, Estados Unidos, Suécia, Inglaterra, França e outros ainda não aderiram a essa tecnologia! Nos estados Unidos ainda votam naquela espécie de cartolina que leva uma semana para chegar. Por que ninguém compra essa nossa tecnologia?

Há duas muito geniais, mas que ainda não vi ninguém copiar: as urnas eletrônicas e as secretarias de Desenvolvimento Regional. Nenhum estado copiou essa grande obra catarinense das SDRs. Se ninguém copiou é porque elas só funcionam onde interessa, no caso das secretarias de Santa Catarina e das urnas no Brasil.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração aos 70 anos da Força Expedicionária Brasileira.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULTÂNEA, PROMOVIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA DEBATER O PL 110.6.2014, QUE AUTORIZA CONCESSÕES DE USO REMUNERADAS DE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA (PROJETO RIO DO RASTRO AVENTURA), REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14H30MIN, NO CLUBE BONJARDINENSE, EM BOM JARDIM DA SERRA/SC

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes Cardoso) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, muito boa-tarde. Obrigado pela presença de todos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, neste momento damos por aberta a audiência pública, proposta pelas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que irá discutir autorização de concessões de uso remuneradas de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra, (Projeto Rio do Rastro Aventura).

Convidamos para compor a mesa de autoridades os Presidentes das Comissões e demais autoridades: Deputado Estadual José Nei Ascari, neste ato representando o Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc; Vereador Pedro Luiz Ostetto, presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra; senhor Edelvânio Nunes Topanoti, Prefeito do Município de Bom Jardim da Serra; senhor Fabrício Kusmin Alves, Prefeito do Município de Lauro Müller e presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec); senhora Solange Scortegagna Pagani, Secretária de Desenvolvimento Regional de São Joaquim; senhor Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santa Catarina Turismo S/A (Santur); e Tenente-Coronel José Norberto de Souza Filho, Comandante da Polícia Rodoviária Estadual.

Este cerimonial registra, com muita satisfação, a presença das seguintes autoridades: Julio Fernando Régis, vice-presidente da Associação Bonjardinense de Turismo; Jorge Rodrigues Borges, Secretário de Turismo do Município de Bom Jardim da Serra; Anieli Fabiani Dias, Secretária Municipal de Esportes de Bom Jardim da Serra; Vereador Alcione Valdevino da Silva, de Bom Jardim da Serra; Jocimar Ferreira de Souza, presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores de Bom Jardim da Serra; Vereador José Lauri Pereira, do Município de Bom Jardim da Serra; Jocelim Nunes Rodrigues, sócio da Associação de Proprietários e Moradores do Parque Eólico de Bom Jardim da Serra; Elisa Liz, diretora de Economia Internacional da Secretaria de Estado de Planejamento, neste ato representando o senhor Murilo Flores, Secretário de Estado de Planejamento; Ivan Antônio Bertoncini Cascaes, presidente do Conselho Estadual de Turismo; Luiz Carlos Seminotti, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Bom Jardim da Serra; Rubens Almeida, assessor da presidência da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures); Emir Tezza, presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores de Lauro Müller; Vereador Valmir Cesconetto, do Município de Lauro Müller; Eliandro Bett Giongo, coordenador do Eco Museu Serra do Rio do Rastro; Assis França das Neves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim da Serra; Eloy Rodrigues Padilha, Secretário de Assistência Social e Habitação de Bom Jardim da Serra; Eduardo Gonzaga Bett, Secretário de Administração do Município de Lauro Müller; Serginho Rodrigues de Oliveira, Vice-Prefeito do Município de Bom Jardim da Serra; Vereador Ademir Nunes de Jesus, do Município de Bom Jardim da Serra; e Vereador Ivanio dos Santos, do Município de Bom Jardim da Serra.

Neste momento, passamos a palavra ao Deputado Estadual José Nei Ascari.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito boa-tarde a todos e a todas. Eu saúdo, com muita alegria, a presença da querida amiga e Deputada Ana Paula Lima; cumprimento também os Prefeitos aqui presentes de Lauro Müller e de Bom Jardim da Serra; saúdo o Vereador Pedro Ostetto, que preside a Câmara de Vereadores aqui desta cidade; o Valdir, que preside a Santur; a Solange, nossa Secretária Regional; e o nosso Comandante da Polícia Rodoviária. Uma saudação a todas as autoridades já mencionadas aqui pelo cerimonial.

Esta Presidência agradece a presença de todos e de todas que vêm aqui a este recinto, nesta tarde, em grande número, para participar deste debate extremamente importante, fruto da decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, que

convocou esta audiência pública em parceria com as Comissões de Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Turismo e Meio Ambiente.

Como já foi dito na abertura aqui dos trabalhos, a audiência pública vai discutir a autorização para a realização de concessão de uso remunerado de imóvel aqui no Município de Bom Jardim da Serra, para exploração, pela iniciativa privada, de um empreendimento de caráter de desenvolvimento do turismo desta cidade, desta região.

Nós já temos algumas pessoas inscritas para manifestação, mas todos que estão aqui podem, querendo, fazer suas manifestações. As inscrições já estão abertas e os servidores aqui da Casa, posicionados a minha direita, estão autorizados a efetuarem-nas.

Primeiramente, vamos ouvir as pessoas que já estão inscritas, e eu começo com a Deputada Ana Paula Lima, que foi a proponente desta audiência pública. Este projeto tramita, neste momento, para conhecimento e informação de todos, no âmbito da Comissão de Justiça, que analisa a sua legalidade, a sua constitucionalidade. Se vencida a discussão e houver aprovação na Comissão de Justiça, a matéria tramitará nas demais três Comissões de mérito já referidas aqui: a Comissão de Finanças é uma delas, a Comissão de Trabalho é a segunda e, por último, a Comissão de Turismo.

Com a palavra, por até dez minutos, a eminente Deputada Ana Paula Lima, que também preside a Comissão de Turismo da Casa.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, senhor Presidente desta audiência Pública, Deputado José Nei Ascari, a quem agradeço carinhosamente por, juntamente conosco, vir a Bom Jardim fazer essa discussão com toda a população aqui presente.

(Cumprimenta todas as autoridades à mesa e demais presentes.)

Muito boa-tarde a todos e a todas.

A cidade de Bom Jardim da Serra, portal do planalto serrano para aqueles que utilizam o acesso via Serra do Rio do Rastro, já viveu seu auge econômico com o ciclo da madeira, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e tem mantido a sua força na economia agrícola, onde se destacam a fruticultura e também a pecuária.

A exuberância, a pujança de belezas naturais - como cânions, cascatas, rios, matas, campos - e, sobretudo, o caráter acolhedor de vocês, o caráter hospitaleiro do povo bonjardinense, tem colocado este Município no centro da discussão de uma nova identidade, que é o turismo.

Vários têm sido os esforços empreendidos pelos setores públicos e privados para que a atividade turística seja consolidada como um fator determinante do desenvolvimento cultural, social e também econômico desta cidade - não só desta cidade, mas para o Estado, porque vocês são um exemplo para Santa Catarina.

O Município possui o título de Capital das Águas por conta de vários rios que nascem neste território, e também é conhecido pelo potencial dos ventos, o que resultou, inclusive, aqui, na instalação do Parque Eólico por empresa privada, com recursos do governo federal via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), também na expectativa do fomento da economia com geração de receita, com geração de trabalho e de renda. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

Na condição de membro, junto com o Deputado José Nei Ascari, da Comissão de Constituição e Justiça, e Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, quando esse Projeto, nº 110.6/2014, que autoriza a concessão do uso remunerado do imóvel em área compreendida próxima ao mirante e peraus da Serra do Rio do Rastro, esteve nesta Comissão, nos chamou muito a atenção. Mas naquele momento nós fizemos contato, primeiramente com o querido amigo, Vereador do Município de Bom Jardim da Serra, José Lauri Pereira, para saber se ele tinha conhecimento e se os Vereadores tinham conhecimento desse projeto; bem como também do Conselho Municipal de Turismo dessa Cidade, como também ao Prefeito Municipal dessa Cidade se eles tinham conhecimento que aqui estava para acontecer um belíssimo empreendimento, que seria concedido à iniciativa privada por um período de trinta anos. E se essas pessoas que fazem as leis para o Município, se o Prefeito desse Município tinha conhecimento desse grande empreendimento.

Fiquei estarrecida que nenhum deles sabia de um empreendimento dessa natureza, de concessão de trinta anos; o Prefeito Municipal não sabe nem os Vereadores, muito menos cada um de vocês desta cidade tinham conhecimento disso. Acho que não tinham conhecimento; devem ter agora, pelas matérias que saíram nos jornais - inclusive hoje saiu uma grande matéria no Diário Catarinense -, ou através das rádios, ou através de especulações na Cidade. O que vai acontecer com esse povo? O que vai acontecer com os comerciantes? Por isso a nossa grande preocupação. Nós discutindo isso com o Deputado José Nei Ascari e, prontamente, fizemos alguns pedidos de informação ao governo, principalmente a respeito do plano diretor; e conseguimos passar, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça, junto com as outras Comissões para estarmos no dia de hoje debatendo com os senhores e com as senhoras.

Eu registro que recebemos um ofício do Prefeito e também uma moção aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores, solicitando maiores informações - pois não tinham conhecimento - e a realização desta audiência pública; considerando que o texto do projeto é muito genérico e que gerou várias interpretações sobre as áreas de estacionamento, sobre o impacto ambiental que esse empreendimento vai ter aqui no Município e sobre os valores dessa concessão.

Aprofundando a discussão e conhecendo melhor a realidade, fica claro que o mirante da Serra do Rio do Rastro é a maior referência do ponto turístico do Município, que além de ser visitado por milhares de turistas do Brasil e do exterior, é também um ponto de passeio de lazer dos moradores de Bom Jardim da Serra e também das cidades circunvizinhas. Deixo claro que somos a favor do empreendimento, acho que essa região é belíssima, maravilhosa, e que tem que proporcionar um crescimento. Admiramos também a sensibilidade e a ousadia de investidores de fora da cidade, da mesma forma que nós defendemos maiores e melhores condições e incentivos para os empreen dedores.

Sabemos também que a área está mapeada para fazer parte do Parque Estadual da Serra do Rio do Rastro; e que fará, Prefeito Fabrício, limite territorial com o Município do Lauro Müller. Estamos, então, diante de uma das mais belas paisagens do Estado de Santa Catarina, a construção de uma plataforma de contemplação no mirante da Serra do Rio do Rastro tem um papel estratégico no desenvolvimento dessa cidade, sim. Diz o projeto, no seu artigo 1º, que fica o Estado autorizado a conceder pelo prazo de trinta anos o uso oneroso de uma área de aproximadamente 26 mil metros quadrados através de licitação; o seu artigo 2º define que as concessões têm por finalidade permitir aos concessionários a exploração de lojas, quiosques, restaurantes, lanchonetes, estacionamentos e áreas esportivas, bem como equipamentos de estruturas para a prática de turismo de aventura e a observação e contemplação aérea, o lazer e a educação ambiental.

O projeto define ainda a necessidade de um plano diretor e de que os recursos provenientes dessa licitação serão destinados ao governo do Estado de Santa Catarina. Creio que esses pontos fundamentais servem para o debate desta audiência pública, e algumas perguntas podem aqui nos orientar: qual efetivamente será a área destinada para a construção e como ficará a estrutura existente no mirante que hoje está lá? Como ficam os comerciantes que trabalham naquele local? O plano diretor da área do complexo turístico foi realizado (porque ainda não consta no projeto)? Se não, em que etapas se encontra esse plano? E para onde irão os recursos dessa concessão - se vão para o governo do Estado de Santa Catarina, para o Fundo Patrimonial do Estado, como hoje prevê isso o projeto, ou para o Fundo Municipal de Turismo do Município de Bom Jardim da Serra?

Essas são algumas perguntas para orientarmos o nosso debate aqui, Deputado José Nei, e também vai orientar o nosso voto na Comissão de Constituição e Justiça, para que a gente possa analisar de uma vez por todas e que possamos ainda, durante este ano, fazer a votação desse projeto, porque acho interessante, mas a comunidade do Município de Bom Jardim da Serra e do Município de Lauro Müller, bem como de São Joaquim, precisam ter essas respostas que irão orientar e esclarecer as dúvidas, porque há uma série de dúvidas e acho que, neste momento, nós temos essa oportunidade, porque se eu, que sou Deputada Estadual, e o Deputado José Nei, temos dúvidas, essa população merece uma resposta.

Antes do término da minha fala, gostaria de agradecer a presença dos alunos da Escola Estadual Adolfo José Martins, que discutiram o projeto na sala de aula e vieram aqui se manifestar.

Muito bem-vindos todos vocês.

Muito Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito obrigado, Deputada Ana Paula Lima.

Eu convido para compor a mesa também o presidente do Conselho Estadual de Turismo, Ivan Antônio Bertoncini Cascaes. *(Palmas.)*

Apenas reforçando a manifestação feita pela Deputada Ana Paula Lima, quando esse projeto chegou para discussão na Comissão de Justiça nós também nos preocupamos com o tema, em função da sua importância. Fizemos alguns contatos aqui, com o Prefeito da cidade, com o Vereador Pedro Osteto, com o Vereador Alcione e também com outras lideranças e percebemos, a exemplo do que constatou a Deputada Ana Paula, que de fato a comunidade não estava informada a respeito desse investimento ou dessa intenção do governo em realizar esta parceria com a iniciativa privada.

Por isso que a decisão pela realização da audiência pública foi unânime na Comissão de Justiça e o objetivo é justamente esse, já manifestado e relatado aqui. É o debate, esta é uma reunião de trabalho, a Assembleia vem aqui para ouvir as manifestações, buscar informações, colher subsídios para melhor decidir. Esta é a responsabilidade da Assembleia, por isso que nós estamos aqui nesta tarde, com muita disposição, para ouvirmos todas as manifestações e aí sim decidirmos mais adequadamente qual é a melhor solução para ser entregue a esta comunidade que, evidentemente, precisa das decisões governamentais para continuar crescendo, sobretudo na área do turismo em função do potencial que todos nós sabemos que esta região tem.

Nós já temos vários inscritos aqui, são dez. Mas para que o público presente tenha uma ideia mais concreta do projeto, nós passamos em seguida para fazer essa contextualização, a palavra ao senhor Valdir Walendowsky, presidente da Santa Catarina Turismo S/A (Santur), para a sua manifestação por até dez minutos.

O SR. VALDIR RUBENS WALENDOWSKY - Muito boa-tarde a todas e a todos. É um prazer muito grande estar novamente aqui na serra catarinense. Qualquer hora acho que vou ter que me mudar para cá de tantas vezes que a gente tem participado de discussões, de reuniões, de encontros nessa serra catarinense. Então, dizer que é um grande prazer.

(Cumprimenta todas as autoridades, membros da mesa e demais presentes.)

Primeiro, quero fazer uma contextualização em função do turismo de Santa Catarina. Efetivamente, um trabalho mais planejado, mais direcionado, e fazendo parte até de um Plano Nacional de Turismo, que é de regionalização, o desenvolvimento de uma atividade mais profissional de turismo em Santa Catarina começou a partir de 2003, quando Santa Catarina se inseriu. A partir desse momento em que foi criado pelo Ministério do Turismo o Plano Nacional de Turismo baseado na regionalização. E nesse aspecto Santa Catarina dividiu o Estado em dez regiões turísticas. E uma delas é a região da serra catarinense.

Então tem todo um trabalho por trás desse sistema, se eu posso assim dizer, de regionalização que o Estado fez - muito bem feito por sinal - hoje nós somos referência no Brasil, mas tem dois Estados no Brasil que estão na nossa frente com relação ao fluxo turístico. O primeiro é São Paulo, pela grandiosidade da economia de São Paulo, pela questão do turismo de eventos, turismo corporativo, então não é turismo de contemplação, não é turismo de sol e mar, não é turismo de lazer. Então é São Paulo em primeiro, Rio de Janeiro em segundo e Santa Catarina em terceiro. Isso se mede em função do fluxo turístico receptivo. Então nós somos o terceiro receptivo nacional e o terceiro receptivo internacional. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Isso não caiu do céu, e por isso que eu falei na regionalização e no trabalho. Então nesse trabalho de regionalização Santa Catarina implantou essa política de turismo e foi um trabalho muito bem feito, sustentável e que deu essa conotação ao Estado de Santa Catarina. Junto com isso nós fizemos o Plano Catarina de Marketing, que aí é promoção. Muitas vezes as pessoas dizem que está vindo muita gente para Santa Catarina, mas é porque teve um trabalho de base na regionalização e um trabalho de promoção. Por isso as coisas acontecem, porque do céu, sem um esforço, sem um trabalho, não cai.

Até digo isso porque com o advento da Internet qualquer pessoa, tendo um simples telefone, ou um *laptop*, ou um computador pessoal, enfim, pode acessar na Internet qualquer destino turístico do mundo, isso qualquer pessoa, independente da idade, raça, cor, religião. Então, por isso que nós fizemos todo um trabalho, que nós nos organizamos para fazer com que o nosso Estado fosse, e se Deus quiser continue sendo, o terceiro destino turístico deste país.

É claro que na questão do turismo internacional, nós ganhamos muito pelo fato de sermos um Estado muito perto do Mercosul, nós temos 45% do mercado do Mercosul do Brasil - um Estado pequeno como o nosso, que tem 1.1% do território, possui 45% do fluxo turístico do Mercosul. Por isso que nós somos grandes também na área internacional.

Diante disso, Santa Catarina é importante, sim, no contexto do turismo brasileiro. Isso fez com que nós passássemos a ter uma influência econômica muito grande no PIB de Santa Catarina. Na composição do PIB catarinense, tudo o que está ao redor do turismo, e são 52 atividades... Existe um estudo que mostra que dos 100% do PIB, aproximadamente 12% da economia de Santa Catarina provem do turismo e aproximadamente seiscentas mil pessoas hoje têm os seus postos de trabalho relacionados diretamente com a questão do turismo.

Eu fiz esse preâmbulo para dizer que o turismo é superimportante para Santa Catarina. E vocês, que são moradores dessa região, devem ter notado o crescimento do turismo nessa área. Não que as outras indústrias que estão aqui não sejam importantes, não é isso, é que Santa Catarina cresceu muito na questão do turismo e está ajudando muito na economia do Estado.

Junto com isso, está sendo feito também um trabalho de planejamento dos Municípios da serra de Santa Catarina, que é a política de turismo. Junto com isso eu quero agregar também valor, pois que o desenvolvimento anterior do turismo era só no litoral, mas com essa questão dos planos regionais e da regionalização do turismo, graças a Deus hoje nós temos turismo em todo o Estado de Santa Catarina, em todo o Estado há desenvolvimento da atividade turística. E para sermos um Estado que concorra com outros destinos, não só nacional como internacionalmente, temos que trabalhar cada vez mais profissionalmente nessa área. E aí vem a questão do desenvolvimento dessa região, mais precisamente do Município de Bom Jardim da Serra.

Naturalmente que nada pode se fazer hoje, principalmente quando se mexe com os pilares de sustentação do turismo em Santa Catarina. O primeiro é o relacionado com a natureza, e a gente foca muito isso, inclusive na nossa promoção, e o segundo pilar muito forte da melhoria da qualidade do turismo em Santa Catarina é em função das nossas etnias colonizadoras, da nossa gente de Santa Catarina. Nós somos colonizados por 23 etnias e isso dá um diferencial muito grande no Brasil; é o Estado que mais teve etnias colonizadoras de todos os Estados do Brasil, e isso nos torna diferente.

Então temos a natureza, pela originalidade da nossa paisagem, pela originalidade da nossa geografia - todas as dez regiões turísticas do Estado são diferentes -; e em todas as dez regiões turísticas de Santa Catarina temos as etnias colonizadoras... É claro que elas se confundem umas com as outras, o italiano tem em várias regiões, o alemão tem em várias regiões, o açoriano, o caboclo, o ucraniano, o polonês, o suíço, enfim, mas isso também forma um diferencial muito grande para o Estado de Santa Catarina. Esses são os dois pilares de sustentação do nosso turismo, nos quais a gente vem focando muito.

Essa região aqui é riquíssima em natureza e naturalmente que dentro de uma ação específica em cima da probabilidade de se fazer um projeto dessa envergadura no cume da Serra do Rio do Rastro é superimportante que se faça um plano de sustentação daquela área, o que já está dentro da contextualização do trabalho que está sendo feito na Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina. Atualmente não se imagina mais fazer um projeto dessa envergadura sem ter por trás um plano sustentável da área, porque a galinha dos ovos de ouro, principalmente dessa área, é a natureza. Então não existe nenhuma forma de não se fazer; tem que se fazer!

Também está dentro dessa contextualização um plano diretor daquela área, porque além do projeto novo que poderá ser executado, existem as empresas, as pessoas e os equipamentos que hoje já estão lá, como a Polícia Rodoviária Estadual. Então, dentro desse contexto, é obrigado a se fazer um plano diretor da área, que é a mesma coisa que

um plano diretor de uma cidade - hoje, não importa o tamanho da cidade, se é pequena, média ou grande, mas tem que se fazer um plano diretor.

Diante disso, o plano sustentável da área mais o plano diretor estão contextualizados, vão acontecer.

Quero dizer ainda que existem vários segmentos que são tendências futuras do turismo e que têm sustentabilidade, dentre eles estão o turismo de aventura, o turismo de experiência e o turismo científico. Isso tudo está ligado diretamente à região da Serra do Rio do Rastro, à aventura, porque é uma aventura você estar lá; ou subir, ou descer, ou ficar lá, é uma aventura. Além do que hoje a serra concede essa experiência de você estar olhando um lugar maravilhoso, essa é uma experiência, de se proceder à execução de um equipamento, como está se propondo, que é um *skyline*, um equipamento de observação, mas com emoção. Isso é muito forte e em vários lugares do mundo deu certo, aumentando significativamente o fluxo turístico das regiões onde já foi instalado.

Se isso não fosse importante, não fosse bom e não fosse atrativo, os Estados Unidos não fariam essa primeira *skyline* de observação, como temos hoje nos grandes cânions americanos, e se proliferando hoje em vários lugares do mundo.

Outro detalhe importante é que a Organização Mundial do Turismo afirma que até 2030 a única indústria do mundo que só vai crescer - não é um crescimento assustador, mas tem uma linha crescente - é a do turismo, todas as outras indústrias são cíclicas. Então o investimento é certo, não só nessa questão, dessa proporção que está sendo feita hoje, mas inclusive em relação aos investimentos que já foram feitos aqui neste Município.

É sabido que uma região, por mais bonita que seja, não vive só dessa beleza natural, ela tem que ter equipamentos; para sermos concorrentes no mundo, como eu já falei, tem que existir equipamentos. Imaginem se não tivesse nessa região nenhum restaurante. O que seria das pessoas que vêm contemplar essa região sem um restaurante? Elas viriam uma ou duas vezes e depois não viriam mais. Tem que se ter a noção de que esse equipamento também vai servir como a sustentabilidade de um fluxo turístico futuro, razão pela qual a gente defende isso também.

Então, respondendo a algumas perguntas que a Deputada Ana Paula Lima deixou no ar: qual efetivamente será a área destinada para a sua construção e como ficará a atual estrutura existente do mirante? A área da construção está no projeto que foi para a Assembleia, que é em torno de 26 mil metros quadrados, e a estrutura existente vai continuar existindo, dentro, é claro, de um plano diretor que tem que ser construído observando o que já existe. Ninguém vai tirar o que já existe. Não existe isso. O que vai ser feito é justamente um plano diretor para uma orientação futura, pois nós temos que organizar o futuro, e é isso o que está se propondo.

Como ficam os comerciantes que trabalham no local? Ficam. Ninguém vai tirar os comerciantes que estão no local, nem pode ser feito isso, tanto porque foram pioneiros, batalharam, começaram do zero, e nós temos que ajudar a melhorar as condições desses empreendedores que estão no local. (*Palmas.*) E a prova disso é que várias vezes que eu com uma equipe, inclusive a Elisa está aqui também, o Ivan é prova disso, a gente sempre foi um grande defensor daquelas pessoas e daquela área e sempre procurando melhorar aquilo ali. Nós temos que ajudar a melhorar cada vez mais toda aquela área para que as pessoas continuem vindo à Serra do Rio do Rastro.

Para onde irão os recursos dessa concessão? Para o Fundo Patrimonial do Estado, como prevê o projeto, para um Fundo Municipal de Turismo de Bom Jardim da Serra. É uma discussão que naturalmente tem que ser feita, assim como também pode ir para o Fundo Estadual de Turismo para ser aplicado em melhorias para essa região. Essa é uma questão que tem que ser discutida. Ir para o Fundo de Turismo é importante, ou sendo estadual ou municipal, e aí alocam-se esses recursos para o desenvolvimento dessa atividade nessa região.

Então é isso, gente. Eu fico muito grato, fico muito contente, eu me empolgo, porque eu gosto da atividade. Desde o primeiro momento, quando foi falado em se fazer um equipamento dessa envergadura na serra, ficamos muito eufóricos, assim como o Ivan, a Solange, a Elisa, ficamos muito felizes, porque a gente sabe que a região precisa de investidores privados, precisa de melhores equipamentos, pois isso é que vai dar sustentabilidade futura ao turismo dessa região. E como eu falei, a Organização Mundial do Turismo afirmou que até o ano 2030 o turismo é a única indústria do mundo que vai ter um crescente, sempre.

Muito obrigado, sucesso a todos e a gente se coloca à disposição se precisar para discutir mais esse assunto, mas o Estado quer fazer o melhor. (*Palmas.*) [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*] [*Revisão final: Dulce Maria da Costa*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Agradecemos a manifestação do senhor Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santur.

Nós informamos que já temos treze inscritos. Por isso vamos limitar o tempo das próximas manifestações em, no máximo, três minutos, para que possamos ouvir aqui o máximo de manifestações possíveis, evidentemente.

Com a palavra o senhor Edelvânio Nunes Topanoti, Prefeito de Bom Jardim da Serra.

O SR. PREFEITO EDELVÂNIO NUNES TOPANOTTI (Bom Jardim da Serra/SC) - Eu quero desejar uma boa tarde a todos e a todas e cumprimentar o Deputado José Nei, a Deputada Ana Paula e as demais autoridades já nominadas pelo protocolo.

A importância de uma audiência pública hoje aqui em Bom Jesus da Serra é grande. E quero deixar bem claro: é a primeira vez que a Assembleia Legislativa vem aqui em nosso Município. Isso é inédito! É um assunto de interesse da nossa comunidade, tanto é que todos os segmentos da sociedade estão aqui. Interesse público.

Há preocupação nossa, hoje, com uma obra desta envergadura. Nós não somos contra a obra, nós somos a favor do turismo e do desenvolvimento do nosso Município e da nossa região, mas temos o exemplo, aqui, da grande obra do Parque Eólico - 500 milhões, 600 milhões.

Deputada Ana, em nome da Associação do Parque Eólico eu lhe agradeço, pois a senhora defendeu os interesses daqueles proprietários de terra que não recebiam os seus vencimentos, os seus aluguéis, e hoje quase 50% do Parque Eólico está parado. Hoje, funcionários da IMPSA estão com os seus salários atrasados. Não teve uma audiência pública para um empreendimento desse tamanho. Hoje, a sociedade bom-jardinense está aqui - muito bom - decidindo em conjunto. É uma grande responsabilidade, hoje, para nós gestores, Prefeito. Eu agradeço a vocês que estão aqui para decidir; já há mais de treze inscritos para defender os seus interesses.

Presidente Valdir, tudo que o senhor falou aqui: a nossa preocupação - um plano diretor para toda aquela área. Eu não estou bem lembrado se são 40 hectares, mas o senhor falou em um plano diretor para 26 mil metros.

(*Manifestação inaudível fora do microfone.*)

Toda área, toda a área. Que seja um plano diretor para toda a área, porque nós vamos ter os nossos investidores bom-jardinenses aqui, e temos bom-jardinenses que estão lá desde o início, o chão batido! Essa estrada era um chão batido, e eles estavam perseverantes lá. Agora que vem o desenvolvimento para a nossa região, nós jamais podemos abandonar essa gente. Mas, Valdir, que sejam contemplados no projeto o plano diretor e a permanência dessas pessoas que hoje lá estão, desses comerciantes que foram os pioneiros, os desbravadores daquela serra. Enfrentaram garoa, serração e estão até hoje lá; deram o seu sangue, a sua saúde. Não podemos jamais pensar em desenvolvimento pisando por cima do menor. Jamais! Que todos esses itens constem no projeto.

Senhor Depurado José Nei, Deputada Ana Paula, em nome da população bom-jardinense e dessas pessoas que estão lá - eu não quero me alongar porque tem mais de treze inscritos -, eu peço que cuidem, na formulação deste projeto de lei, para que esses itens estejam contemplados dentro do projeto e que tenha mais uma audiência pública já com o projeto formularizado, passando para toda a sociedade bom-jardinense.

E que os recursos desse empreendimento, Valdir, venham para o Fundo Municipal de Turismo de Bom Jardim da Serra. (*Palmas.*)

O Estado de Santa Catarina leva o bônus, o de bom que acontece na Serra do Rio do Rastro, mas o prejuízo, a fama de ruim quem leva é o Município de Bom Jardim da Serra porque aquela área fica dentro do nosso Município, de Bom Jardim da Serra. Por isso nós temos que ter esse recurso para o Fundo Municipal do Turismo, mas que seja contemplado dentro do projeto.

Senhoras e senhores, obrigado pela oportunidade. E agradeço ao povo bom-jardinense que acolheu o chamado de hoje, atendendo ao interesse de todo o Município, e não só do Município mas de toda uma região porque, quando se fala da Serra do Rio do Rastro, ela é região, ela é regional, ela é do Estado, ela é brasileira, é nossa! Então nós temos que lutar por isso.

E peço uma segunda audiência pública, depois, para vermos o conteúdo do projeto e se realmente foram contemplados os nossos pedidos daqui.

Uma boa tarde a todos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Esta Presidência agradece a manifestação do Prefeito da cidade.

Com a palavra o senhor Fabrício Kusmin Alves, Prefeito de Lauro Müller - cidade vizinha daqui -, que também preside a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), por três minutos.

O SR. PREFEITO FABRÍCIO KUSMIN ALVES (Lauro Müller/SC) - Boa-tarde a todos; é um prazer estar aqui com vocês hoje.

Parabenizo o Deputado José Nei Ascari e a Deputada Ana Paula Lima pela iniciativa e transparência da Assembleia Legislativa em discutir aqui na comunidade bom-jardinense as ações relativas ao Mirante da Serra do Rio do Rastro. Cumprimento o Prefeito anfitrião, o senhor Edelvânio, e toda a sua equipe; o senhor Ivan, como presidente do Conselho Estadual de Turismo - grande defensor do turismo da região; a senhora Solange, da SDR; o senhor Valdir Walendowsky, uma referência do turismo em toda a Santa Catarina; o Vereador Valmir Cesconetto, de Lauro Müller, que nos acompanha aqui; o senhor Eliandro, presidente do Eco Museu Serra do Rio do Rastro; o Secretário Eduardo Bett; o Vereador Pedro, Presidente da Câmara de Bom Jardim da Serra; enfim, todos os presentes.

Primeiro, na nossa visão, como vizinhos que somos do Município de Bom Jardim, a nossa intenção como Prefeito de Lauro Müller e de todos os lauro-milenses é de que Bom Jardim, Prefeito, esteja cada vez melhor, mais desenvolvida. Isso é bom para o nosso Município, mas que saibamos explorar de maneira correta a natureza que temos nos Municípios de Lauro Müller e de Bom Jardim.

A nossa presença aqui e a nossa preocupação é porque a partir das escarpas da Serra está a divisa com o Município de Lauro Müller. Toda a estrada, todos os cânions pertencem ao Município de Lauro Müller. Além disso, no dia 16 de maio de 2013, por meio da Lei 1.759, criamos o Eco Museu Serra do Rio do Rastro, que abrange 6.200 hectares e que pega toda a encosta da Serra Geral. E nós queremos que esse projeto seja apresentado para os membros do Eco Museu, para a coordenação do Eco Museu, porque o cabo, os atrativos turísticos que nós vamos ter no mirante muitos deles estarão dentro do Município de Lauro Müller.

Também quero salientar, Deputada Ana Paula, Deputado José Nei, na presença da Assembleia, que nós criamos o Eco Museu Serra do Rio do Rastro e que não é de nenhum interesse do Município de Lauro Müller a criação de um parque estadual. Nós já temos ali um parque municipal de preservação da natureza, da flora e da fauna daquela região; temos ciência disso e estamos trabalhando para cada vez mais implantarmos o Eco Museu Serra do Rio do Rastro. A lei que criamos na Câmara Municipal dá o direito e a responsabilidade para o Município de Lauro Müller sobre essa área importante e relevante ao turismo de toda Santa Catarina. Porque, Edelvânio, de cada três fotos do turismo catarinense que se espalham pelo mundo uma delas é da Serra do Rio do Rastro. Então nós temos aqui um grande patrimônio, mas o Município de Lauro Müller tem essa preocupação com relação a esse empreendimento. É claro, eu concordo com o presidente da Santur: são os equipamentos que facilitam o atrativo turístico, e é isso que nós queremos e precisamos ter em Bom Jardim e também em Lauro Müller. Mas a nossa primeira grande preocupação é que se respeite o Eco Museu Serra do Rio do Rastro e a Serra do Rio do Rastro; sendo esta, totalmente, inteiramente dentro do nosso Município, nós temos que saber o que vai acontecer com ela.

Segundo, na nossa relação e nas nossas audiências com a Fatma ficou claro que Lauro Müller, e tenho certeza que também Bom Jardim, não tem interesse na criação de um parque estadual nesta região. E em nenhum momento nós queremos que aconteça o que quase estava ocorrendo, que era trazer um empreendimento para cá sem que nós tivéssemos conhecimento disso. Por isso criamos o Eco Museu. Nós, a comunidade de Lauro Müller, vamos defender sempre essa terra, esse parque e o Eco Museu que ali criamos, e somos totalmente contra a instalação de um parque estadual. Mas estamos abertos, temos ciência do valor desse empreendimento (*palmas*); só queremos participar dos diálogos, das conversas, para saber como é esse empreendimento, e a nossa coordenação do Eco Museu está disposta a discutir com todos vocês.

No mais, parabenizo todos os presentes e agradeço à população de Bom Jardim por aqui estarem, porque é assim que se sabe o que está acontecendo na cidade, é com a participação das escolas, com participação das entidades - vocês estão corretos por esta presença. E agradeço à Assembleia e a preocupação dos Deputados por esta audiência pública para trazer a informação precisa a toda a população da nossa região.

Agradeço pela oportunidade de me manifestar. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Esta presidência agradece a manifestação do Prefeito Fabrício, de Lauro Müller, e mais uma vez já pede aos manifestantes que respeitem o tempo de três minutos, para que nós possamos ouvir nesta tarde todos que estão inscritos. Muito obrigado.

Com a palavra a senhora Solange Scortegagna Pagani, Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.

A SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SOLANGE SCORTEGAGNA PAGANI (São Joaquim/SC) - Boa-tarde a todos.

Inicio cumprimentando o Presidente José Nei Ascari, e muito obrigado pelo convite para a minha pessoa estar aqui hoje; a Deputada Ana Paula, esta grande mulher - também seja bem-vinda. E parabéns pela reeleição aos dois, porque eu sei que a Assembleia está em boas mãos. Ainda cumprimento o nosso Presidente da Câmara, o Vereador Pedro; o nosso Prefeito Fabrício, que falou agora; o nosso Comandante, Coronel Norberto; o nosso Prefeito Edelvânio; o senhor Ivan Cascaes, presidente do Conselho; a classe política; as lideranças; a comunidade aqui presente, que está brigando pelo seu Município, principalmente pela região, por Santa Catarina; a imprensa, que é muito importante; a toda a casa da Assembleia; os nossos alunos da Escola Estadual Adolfo Martins, que estão aqui até o momento; enfim, saúdo todos que estão aqui, neste grande momento e, trazendo a todos um abraço do nosso grande Governador João Raimundo Colombo e do seu Vice Eduardo Pinho Moreira. [*Taquígrafas-Revisoras: Almerinda L. Thomé e Denise V. Silva*]

Falo também pelo nosso Secretário de Estado do Planejamento Murilo Flores. Muitas vezes eu digo: “Murilo, obrigada por você acreditar na nossa região.” E ele: “Só se eu não tivesse visão para ver o que é o Estado de Santa Catarina, principalmente a serra catarinense.” Quero a todos aqui dizer o quanto o nosso Governador, através da descentralização da SDR de São Joaquim, que envolve seis Municípios (São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urubici, Bom Retiro, Rio Rufino, Urupema), representa para o turismo e para os outros setores econômicos do Estado de Santa Catarina.

Dentro disso, o nosso Governador, especialista também na área de turismo, tem feito obras e ações estruturantes nessa região como Caminhos da Neve, integração da serra gaúcha com a serra catarinense, a finalização do aeroporto, a revitalização da rodovia entre de São Joaquim e Painel - o próximo ano será de Painel a Lages. Já temos também, senhores Vereadores, a licitação pronta, só falta dar a ordem de serviço, para a revitalização da rodovia de São Joaquim e a Serra do Rio do Rastro, onde temos várias ações através do nosso grande companheiro como conselheiro. São grandes ações estruturantes para trazer a viabilidade e a segurança para os turistas que vêm à nossa região. E a nossa região é de turismo de contemplação. Temos a pecuária, a cultura da maçã, entre outros recursos naturais como a água, o clima, bem como ainda os vinhos e os espumantes com grandes premiações nacionais e internacionais.

É por isso que digo aqui neste momento da importância de termos um equipamento à altura para nos igualarmos ao litoral. Eu sempre digo, Deputado José Nei: as lideranças que estão mais concentradas no litoral devem ajudar a serra porque senão vamos descer todos para o litoral e ninguém vai ter qualidade de vida, nem nós nem eles. Então, dentro dessa ação conjunta de todas as Comissões da Alesc e da parceria com o governo do Estado, que nós tenhamos aqui um resultado positivo.

Eu clamo para segurarmos aqui os nossos jovens que muitas vezes estão indo embora. Hoje temos uma grande parceria Sebrae,

Senai, Sesc, Senac, todo o Sistema S voltado para dar a qualificação e capacitação para o nosso cidadão, respeitando sempre a sustentabilidade, o ganha-ganha, pois ganha a natureza, ganha o ser humano. Tudo que o Planeta tem é perfeito, mas, muitas vezes, onde o homem arruma a mão, ele mesmo estraga. Então, precisamos de uma conscientização. As nossas crianças, o Planeta está pedindo socorro e não seria neste momento que seríamos levianos em pensar que um equipamento desses não traria qualidade de vida para a região com todo equilíbrio e com todos esses poderes que vocês estão dizendo, constando no plano diretor. Nós queremos sempre a sustentabi lidade.

Estou aqui não apenas como Secretária, e sim como cidadã serrana que quer a qualidade de vida da região, sempre dentro da justiça e do respeito. Esse projeto de lei que autoriza o governo do Estado a promover um processo de concorrência pública é o que está fazendo muito bem a Assembleia. Muito obrigada por vocês estarem aqui, por termos este momento de dar o verdadeiro olhar para o nosso cidadão, como eu disse, sempre dentro da justiça, olhando nos olhos da pessoa, sempre pela qualidade de vida. Aplausos para vocês que estão aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Passo a palavra para o Vereador Pedro Luiz Ostetto, presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES PEDRO LUIZ OSTETTO (Bom Jardim da Serra/SC) - (*Cumprimenta o senhor Presidente e demais componentes da mesa*). Em nome do Vice-Prefeito, Serginho Rodrigues de Oliveira, quero estender o meu boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Audiência pública é isso aí: as pessoas acompanhando e podendo opinar durante a audiência.

Senhor Presidente, antes tínhamos esse projeto em tramitação no governo estadual. Quando se diz que a Câmara de Vereadores e o Município de Bom Jardim da Serra não tinham conhecimento, nós não tínhamos mesmo. Nós tivemos várias discussões na Câmara de Vereadores juntamente com o presidente do Conselho de Turismo, Ivan Cascaes, e até cinco dias atrás ninguém tinha conhecimento desse projeto realmente.

Na minha opinião, Deputada, esse projeto tem que ter uma emenda, dizendo exatamente para o que essa área de 26 mil metros quadrados servirá (*palmas*), porque esse projeto aqui, na verdade, deixa muitas linhas para serem definidas. Não tem uma coisa direcionada. Quando as autoridades vêm discursar, dizem que vai ser um empreendimento de alto valor, mas, realmente, no projeto não tem.

Estamos sentindo falta também do retroprojetor para que pudéssemos apresentar para a população qual área que o Estado está doando entendeu? (*Palmas*) No papel fica fácil a gente falar, mas as pessoas querem ver onde é esse traçado.

Nós tivemos uma discussão muito grande - em que o presidente do Conselho estava presente - sobre o que faríamos com as pessoas que chegaram primeiro no mirante da Serra do Rio do Rastro. Qual o custo íamos pagar pelo progresso de Bom Jardim da Serra? Primeiramente, temos que priorizar os seres humanos. Temos que fazer a adequação do mirante da Serra do Rio do Rastro, mas preservando as pessoas que chegaram ali primeiro. E, num segundo debate, quando o senhor Ivan Cascaes nos trouxe a cópia do projeto com a área denominada, o mapa nem passa perto das pessoas que estão no mirante. Existe uma falha no projeto. Existia uma conversa que as autoridades queriam tirar as pessoas que estavam no mirante, mas não é nada disso. Esse empreendimento que está para acontecer em nosso Município - que vai revolucionar o nosso Município - não chega nem perto das barraquinhas que estão lá. Existe um grande equívoco de informações.

Quero aqui agradecer ao Deputado José Nei Ascari e a Deputada Ana Paula Lima que subiram em nosso conceito em Bom Jardim da Serra. Por isso são sempre bem votados em nosso Município. A partir do momento que chegou a informação que os Vereadores não tinham conhecimento, eles pediram vista ao projeto. E graças a isso que estamos discutindo hoje, senão esse projeto já teria sido aprovado do jeito que está aqui, com muitas falhas. Acho que chegou o momento de ouvir a população e é o que nós queremos. O povo é que determina. A área é de Bom Jardim da Serra, temos escolas, temos professores.

A nossa parte é fazer a mesa de autoridades, mas temos que passar a palavra para a população discutir e opinar o que é melhor para o nosso Município. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Passo a palavra ao senhor Ivan Antônio Bertoncini Cascaesi, presidente do Conselho Estadual de Turismo.

O SR. IVAN ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES - (*Cumprimenta o senhor Presidente e demais componentes da mesa*)

Eu analisei o projeto com profundidade, com muito tempo. Depois eu gostaria de falar não como presidente do Conselho Estadual de Turismo, mas como cidadão bom-jardinense e empresário da região cuidando especificamente de sugerir algumas modificações no texto da lei.

Genericamente, eu acho que a Deputada Ana Paula Lima colocou muito bem que esse projeto não deve interferir em hipótese alguma nos ocupantes atuais do mirante da Serra do Rio do Rastro. Foi com muita propriedade que ela fez isso. O projeto, em nenhum momento, prevê a invasão dessa propriedade dos atuais comerciantes daquele local.

Queria enfatizar, como outros que me antecederam, que esse empreendimento é completamente fora da área de uso do mirante atual. O projeto é um projeto que vai trazer para Bom Jardim da Serra a oportunidade ímpar de muitos turistas e de muito dinheiro. Evidentemente que o projeto, como mencionou a Deputada Ana Paula, ficou muito genérico, ele não ficou específico, mas como também se manifestou o Presidente da Câmara, precisamos fazer alguns ajustes.

Mas o fato é o seguinte: nós, nesta pequena grande cidade, disputamos os turistas com todas as partes do mundo. Nós disputamos com a Champs Elisèes, na França, com o Rio de Janeiro, com a Itália que tem o maior acervo histórico e cultural de mundo. Bom Jardim está ali, a serra catarinense está ali disputando. Com as suas condições, temos o mesmo turista que vai para lá, nós queremos que venham para cá deixar dinheiro aqui. Nós não temos todas essas riquezas que eles têm lá, mas eles também não têm a Serra do Rio do Rastro e não têm o mirante da Serra do Rio do Rastro. Quer dizer, a isca para trazermos o destino para a região serrana são esses dois ícones que temos na serra catarinense. A Serra do Rio do Rastro é inédita e o ponto estratégico do mirante também é inédito. Então, o que temos que fazer com a estratégia que estamos usando para disputar esses turistas que vão trazer recursos? Em vez de irem para França, para a Itália, para o Rio de Janeiro, venham para a serra catarinense.

A nossa isca é primeiro trazê-los para nossa região, depois de o turista estar aqui no mirante, na Serra, aí, vai depender da nossa capacidade como empresários para fazer o melhor serviço. Então, a churrascaria aqui do centro vai propor o melhor serviço para trazê-los para a churrascaria. O hotel vai fazer o melhor serviço para trazê-los para o seu hotel. Mas primeiro precisamos ter o turista aqui na nossa região. Se não tivermos o turista aqui, não vamos disputar nada, vamos mendigar. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*]

Então, eu acho que esse empreendimento é uma oportunidade ímpar do Município Bom Jardim da Serra trazer um investidor, acho que o custo dessa obra, eu calculo, seja em torno de R$ 5 milhões, sem o Estado aplicar um centavo, e que vai gerar emprego, impostos, contribuição de impostos, vai trazer emprego direto e indireto para a nossa região. E o principal que ninguém aqui ainda falou, é o *marketing:* 30 segundos na Rede Globo em horário nobre custam R$ 600 mil, mas nós vamos ter uma publicidade para todo o Brasil e para o mundo desse empreendimento, então não preciso falar mais nada.

Acho que desde que preservarmos os interesses do Município e do Estado e se defendermos a propriedade e os direitos do pessoal que está lá instalado e arrumarmos um lugar para eles ficarem lá, não temos mais nada para discutir.

Senhor Presidente, eu gostaria depois, como cidadão, sugerir a modificação de algumas partes do texto da lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Obrigado, Ivan Cascaes.

Comunico que as inscrições estão encerradas. Temos mais onze inscritos.

Com a palavra o senhor Luiz Carlos Seminotti, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Bom Jardim da Serra.

O SR. LUIZ CARLOS SEMINOTTI - Boa-tarde a todos. Entendo que Bom Jardim da Serra, aqui representada por grande parte da nossa sociedade, deve reivindicar para si o direito de decidir sobre os destinos que serão dados a novos empreendimentos, como o projeto proposto.

Como vivemos aqui há muitos anos, conhecemos bem as nossas necessidades e não concordamos com o fracionamento dado ao projeto citado somente com a área de 2,6 hectares, entre aspas, "direcionados somente para grandes empreen dedores".

Queremos sim um plano diretor, um projeto global, somando a área das três matrículas, matrículas 1.275, 2.505 e 2.534, que somam aproximadamente 18 hectares. O projeto apresentado contempla somente a área de 2,6 hectares não dizendo o que vai ser feito do restante da área.

Queremos que nesse projeto, nesse plano diretor de toda a área sejam mantidas e preservadas as situações existentes conhecidas por todos e já consolidadas. Não se pode mexer naquele pequeno espaço onde atualmente está localizado o mirante, ali é intocável; inclusive o estacionamento que deve ser gratuito e não oneroso como prevê o projeto. (*Palmas.*)

Queremos que quando o projeto de lei for refeito, que o artigo 2º seja alterado permitindo que micros e pequenas empresas também tenham condições de participar com igualdade de condições. (*Palmas.*)

Nossa sugestão é que sejam licitados por itens de concessão, a saber: licitação para exploração dos quiosques. Entendo que uma empresa que vai colocar uma rampa de asa delta ou para quer que seja não vai querer um quiosque também e como ele é grande, ele vai eliminar os pequenos; licitação para exploração de restaurantes e lanchonetes; e licitação para exploração de turismo de aventura. Devemos separar essas três coisas no artigo 2º, permitindo assim que os pequenos tenham também condições de participar da licitação. Do contrário, teremos aqui uma IMPSA da vida que veio, pegou o Parque Eólico e está administrando da maneira que todos conhecem, inclusive não pagando os seus próprios funcionários.

Os recursos oriundos da exploração onerosa sejam transferidos para o fundo municipal de turismo do Município de Bom Jardim da Serra. (*Palmas.*)

É o que nós desejamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Obrigado, presidente. Na sequência passamos a palavra ao senhor Aracídio Zanette, proprietário da São Joaquim Tour.

O SR. ARACÍDIO ZANETTE - Pela audiência que está acontecendo aqui em Bom Jardim da Serra eu tiro meu boné que tem o desenho da Serra do Rio do Rastro. Na minha cabeça cabe a Serra do Rio do Rastro *(palmas)* e para vocês tiro o meu boné. (*O orador retira o boné em saudação à plateia.*)

A maioria de vocês aqui me conhece, eu sou o Zanette, da São Joaquim Tour, de São Joaquim, que é uma agência receptiva, e semanalmente visito a Serra do Rio do Rastro com turistas como casais, famílias e excursões.

Trabalho para todos os Sescs do Brasil, aqueles que vêm para Lages porque eles têm uma pousada lá. Então, um dia eles vão para São Joaquim e vem até a Serra do Rio do Rastro, no mirante, e um dia vão ao Município de Urubici, então temos um serviço muito bom de guiamento.

Eu lamento que aqui em Bom Jardim da Serra não vou ter três colegas fazendo esse curso que está acontecendo em Urubici, porque através desse curso se consegue as credenciais do Ministério do Turismo. É uma pena.

Bom Jardim da Serra, por exemplo, tem história com a Serra do Rio do Rastro. Eu conheci a Serra do Rio do Rastro na década de 1940 quando era a trilha dos tropeiros, e eu fui tropeiro. Com a idade de 8 anos a 12 anos eu viajava a cavalo numa égua madrinha, com o cincerro no pescoço puxando a tropa de toda a minha família, meu avô, meus pais, meus tios. A gente levava daqui o que se produzia, que era o queijo, o pinhão, o charque, e trocava lá em Serra Baixo, no quilometro 12, por mercadoria que não se conseguia produzir na Serra, que era o arroz, o açúcar, a farinha de mandioca, o sal. Então, essa era a troca de mercadoria. Quase não existia dinheiro, nós fazíamos a troca de mercadoria. Passei muito frio nessa Serra.

Até 1950 era trilha dos tropeiros e eram trilhas perigosas. A partir de 1950 o nosso saudoso Irineu Bornhausen desbravou a Serra do Rio do Rastro dando condições de passar jeep, Rural Willys e picape, pois eram os únicos carros que apareceram aqui para nós.

Em 1964, o nosso saudoso Jorge Lacerda, assim como fez Irineu Bornhausen, desbravou a Serra do Rio do Rastro dando condições de passar caminhões e ônibus de pequeno porte, pois não existia carro grande naquela época. Foi então que a Gaúcha Madeireira desativou o cabo aéreo, que descia madeira até o porto de Laguna, dando oportunidade de descer com caminhões de madeira pela Serra do Rio do Rastro.

Em 1984, o nosso Governador Esperidião Amim começou a concretar a Serra do Rio do Rastro e terminou em 1988. Foi uma das grandes obras para a Serra do Rio do Rastro, com placas de concreto armado. Como desce e sobe muito caminhões pesados, o que aconteceu? O nosso ex-Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, repôs centenas de placas de concreto armado na Serra porque os caminhões pesados arrebentaram as placas. Então nós tivemos aquela melhora também.

Hoje eu tenho uma avaliação de todos os atrativos turísticos na Serra. A Serra do Rio do Rastro é campeã dos atrativos turísticos da Serra Catarinense, ganhou com 80%, ótimo. Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito obrigado senhor Aracídio.

Com a palavra para o senhor Jocelim Nunes Rodrigues, sócio da Associação de Proprietários e Moradores do Parque Eólico de Bom Jardim da Serra.

O SR. JOCELIM NUNES RODRIGUES - Boa-tarde a todos. Agradeço a presença dos Deputados, dos Prefeitos, dos Vereadores e do povo, que é o principal, porque podemos saber o que ele está pensando sobre esse empreendi mento.

Acho esse empreendimento muito importante para Bom Jardim da Serra, mas devemos ter cuidado para não ofender as pessoas, pois elas são as mais importantes. Era isso que queria falar. Estou representando a Associação dos Proprietários das Eólicas.

Agradeço a todos e conto com a realização de mais audiências públicas para discutirmos esse caso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito obrigado seu Jocelim.

Com a palavra o Vereador José Lauri Pereira, do Município de Bom Jardim da Serra.

O SR. VEREADOR JOSÉ LAURI PEREIRA (Bom Jardim da Serra/SC) - Quero saudar o Deputado José Nei Ascari e a Deputada Ana Paula Lima, e cumprimentando os Deputados estendo a minha saudação aos membros da mesa e ao povo de Bom Jardim da Serra e dos Municípios vizinhos. (*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O V Bitencourt*).

Quero dizer à Deputada Ana Paula que fiquei muito feliz por Deus lhe colocar, naquele dia da leitura do projeto, junto com o Deputado José Nei Ascari, para ouvir o nome Bom Jardim da Serra e parar um momento para ver que assunto se tratava do projeto, pedindo vista, com o Deputado José Nei Ascari, para ver se nós, os moradores deste Município, tínhamos conhecimento do projeto. E como nós levamos um susto porque não sabíamos, não tínhamos conhecimento, nós queremos aqui, de público, agradecer, porque nós tomamos conhecimento através da sua pessoa, que pediu vista do projeto, e também agradecer o Deputado José Nei Ascari.

Em relação ao projeto, tomamos a atitude de fazer, então, a moção na Câmara de Vereadores, a qual teve a aprovação dos nove Vereadores, para que tivesse hoje esta audiência pública em nosso Município com o intuito de discutir esse assunto, debater exatamente o empreendimento que aconteceria no nosso Município. E muitas respostas, nas falas que nos antecederam, nós pudemos obter aqui em relação às localizações do empreendimento. Era uma preocupação deste Município saber onde seria exatamente essa área a ser construída, se era na área pública em que todo o povo bom-jardinense tem acesso no seu dia a dia, e ficou claro que é fora exatamente daquela área na qual pessoas já estão ali explorando há alguns anos.

Outra parte importante é que o plano diretor por si só tem o objetivo de ordenar o crescimento dos Municípios, e quando se cresce de forma ordenada isso é muito importante. A segurança dos que ali estão, ficou claro nas palavras colocadas aqui, não vai ser atingida. Isso não está na lei, e quando não está na lei é necessário que se coloque para que tenha essa segurança.

A demarcação do plano diretor de toda a área também ficou muito clara e nós ficamos muito felizes. A colocação do nobre companheiro que nos antecedeu, Luiz Carlos Seminotti, sobre não constar no artigo 2º o espaçamento para pequenos e microempresários, eu achei de suma importância, porque se couber alguma modificação no projeto,

poderia constar também aí a construção, já que existe restaurante, de um restaurante popular nessa área para atender também as pessoas de uma escala mais baixa.

Hoje o Município de Bom Jardim da Serra, Deputada Ana Paula, está sensibilizado, está de parabéns, por ter aprovado este espaço para que a Assembleia Legislativa aqui estivesse na pessoa do senhor Presidente, hoje o Deputado José Nei Ascari, e também da Deputada Ana Paula.

Prefeito Edelvânio, está de parabéns o nosso Município pelo fato desta população estar aqui para discutir, para opinar um assunto que lhe é de direito, para entender o que vai acontecer. Do meu ponto de vista, entendo que um investimento para o Município primeiro tem que vir ao encontro dos moradores locais para, depois, atender os que vêm de fora.

Neste momento, eu agradeço. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Agradecemos a manifestação do Vereador e passamos em seguida a palavra ao ex-Prefeito de Bom Jardim da Serra, senhor Essiorni Cardoso da Silva.

O SR. ESSIORNI CARDOSO DA SILVA - (*Cumprimenta as autoridades e os demais presentes*.)

A Deputada Ana Paula falou do momento em que Bom Jardim era a Capital das Águas. É a Capital das Águas, Deputada, porque aqui nascem duas bacias hidrográficas: a Bacia do Rio Tubarão e a Bacia do Rio Uruguai; nasce o Rio Pelotas e mais dezoito rios dentro do Município, e nesses rios tem mais de trezentas cascatas, sendo que trinta são de portes maiores.

Mas eu queria ocupar este espaço, Solange, para parabenizar a Santur, porque em 2001, em São Joaquim, numa Festa da Maçã, o presidente da Santur falava sobre o turismo de Santa Catarina, mas só falava no turismo das praias, quando Santa Catarina estava recebendo o Prodetur 4, sendo que a serra catarinense é a mais bonita das serras brasileiras. (*Palmas.*)

Eu queria informar vocês que no *site* R7 existe uma pesquisa feita por um *site* espanhol mostrando vinte estradas do mundo e a Serra do Rio do Rastro recebeu 90% dos acessos como sendo a estrada mais maravilhosa do mundo. Mas Bom Jardim não tem só a serra, tem os cânions, e eu queria que vocês incluíssem o acesso a esses cânions (*palmas*), porque essa é a forma de nós segurarmos o turista por mais algum tempo.

Quero dizer ao nobre Prefeito de Lauro Müller que não vamos entrar em disputa de cânions, ou mirante, ou serra. Vamos fazer um turismo de forma integrada com a serra e o litoral para que nós possamos trazer investidores e para que essas duas regiões sejam beneficiadas pelos turistas que vão aqui gastar o seu dinheiro. Esse é o interesse real. Nós temos dezenas de cânions e de cascatas.

Eu queria parabenizar o presidente da Santur, porque desta vez realmente vieram com a preocupação em relação à Serra, que é a mais bonita das serras brasileiras.

Naquela época, em 2001, quando eu assumi a Prefeitura, o presidente da Santur... Embora o Prodetur 4 nos privilegiava com acesso de Bom Jardim a São José dos Ausentes, nada aconteceu. Essa é outra estrada que nós queríamos também que fosse batalhada pelos nobres Deputados, porque nós estamos a 230 quilômetros de Gramado e já estamos com sete ou dez quilômetros de asfalto pronto, sendo que de São José dos Ausentes até Gramado já está pronto e com mais trinta ou quarenta quilômetros nós estaremos ligados a Gramado. Não somos contra o Caminho das Neves, quanto mais estradas, quanto mais empreendimentos aqui vierem a acontecer, melhor, eu sei que as duas regiões se beneficiarão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Próximo inscrito a se manifestar é o senhor Alex Ribeiro Mendes, morador da cidade, a quem concedemos a palavra.

O SR. ALEX RIBEIRO MENDES - Boa-tarde a todos. Eu sou biólogo aqui de Bom Jardim da Serra.

Gostaria de parabenizar esse brilhante empreendimento, porém eu tenho algumas dúvidas. Os campos de altitude foram descritos por Rambo, também a floresta ombrófila mista por Klein, teve um pesquisador, Daniel Falkenberg, que descreveu a vegetação da matinha nebular, também Rambo descreveu parte dessa vegetação, e eles concluíram um grande endemismo das espécies próximas aos perais da serra, aos aparados, gerando um ecótono, que seria uma ilha altitudinal. Assim teria, entre a montana e a altimontana, um breve espaço, porém longitudinalmente extenso.

Então, com a Serra do Rio do Rastro, formou-se já uma barreira, e esse empreendimento brilhante vai estar bem no meio dessa matinha nebular. Então, do sul para o norte nós temos algumas espécies endêmicas com risco de extinção.

A Lei 14.675, de 13 de abril de 2009, que constitui o Código Estadual do Meio Ambiente, no Capítulo V, Dos Espaços Protegidos, Seção I, Das Áreas de Preservação Permanente, diz no artigo 114:

"São consideradas áreas de preservação permanente (...):

(...)

IV - no topo de morros e de montanhas;

(...)

VI - nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo;". (*Cópia fiel.*)

Eu gostaria de saber como será feito esse projeto, já que fica dentro de uma área de preservação permanente?

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - O próximo inscrito é o senhor Rubens Almeida, assessor da presidência da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures).

O SR. RUBENS ALMEIDA - (*Saúda as autoridades e os demais presentes.*) [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*]

Deputado José Nei Ascari e Deputada Ana Paula Lima, eu pertenço ao grupo de projetos da Amures e fui incumbido pelo Prefeito de trabalhar o Plano Diretor de Bom Jardim da Serra. E a senhora foi feliz quando falou que não existia plano diretor para esse empreendimento, assim como o senhor Rubens Walendowsky, o nosso sempre Secretário de Turismo, falou do plano diretor local. Eu acredito que o plano diretor local tem que começar pelo Plano Diretor Municipal. Não se pode prescindir um plano diretor local sem o plano diretor municipal. Não existe Santa Catarina sem Bom Jardim da Serra, e não existe Bom Jardim da Serra sem Rabungo, sem Capão Rico, sem Vista Alegre.

Nós já tivemos a Universidade Federal de Santa Catarina em audiência aqui na Câmara de Vereadores, junto, inclusive, com um contemporâneo, o engenheiro Roberto, e o Ivan Cascaes, que estudaram junto; nós já tivemos a equipe da Universidade, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Secretaria de Planejamento do Estado; a equipe técnica da Universidade Federal já levou toda documentação pedida pelo Governo do Estado, e nós temos o Plano Diretor de Bom Jardim encaminhado na Secretaria de Planejamento, e estava presente também o Presidente da Câmara, o Pedro.

E aí eu queria pedir ao Deputado José Nei Ascari que encampasse esse pedido ao Governador do Estado para que o plano de Bom Jardim da Serra saísse de imediato, passado esse momento das eleições, já que nós tínhamos a questão da Lei Eleitoral, colocando-o em evidência o quanto antes, porque esse projeto é de interesse do Estado e do Município também, respeitando as pessoas que já trabalham nos seus locais desde o início do que é hoje a Serra do Rio do Rastro. Fica aqui o nosso pedido.

Na segunda-feira o ofício do Prefeito com o Presidente da Câmara será entregue ao Deputado José Nei Ascari, para que ele leve ao Governador e ao Secretário de Planejamento, Murilo Flores, e também contando com a força da Deputada Ana Paula Lima, para que a gente possa resgatar esse projeto, porque é a identidade do Município. Nada se começa organizado no Município sem um plano diretor, e neste ano nós trabalhamos esse projeto que se encontra na Secretaria de Planejamento.

Bom Jardim da Serra só tem a ganhar, e a Assembleia Legislativa está de parabéns quando vem aqui discutir os interesses do povo de Bom Jardim da Serra.

O meu muito-obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito obrigado, senhor Rubens.

Passo a palavra ao Vereador Ariovaldo Machado, de Bom Jardim da Serra, e presidente da União de Vereadores da Região Serrana (Uveres).

O SR. VEREADOR ARIOVALDO MACHADO (Bom Jardim da Serra/SC) - Eu gostaria de saudar os Deputados e, em nome deles, de cumprimentar todos os bom-jardinenses. Não vou citar nomes aqui até para não me alongar muito no assunto, porque nós temos apenas três minutos.

Mas queria agradecer à Deputada Ana Paula Lima e ao Deputado Nei Ascari por pedirem vista a esse projeto, a esse PL, o que para nós foi muito importante porque, na realidade, não tínhamos conhecimento dele e nos pegou de surpresa. Até quando o senhor Ivan Cascaes esteve na Câmara de Vereadores nos pegou de surpresa, sem esse conhecimento. E assim surgiram as dúvidas.

Ainda para expor as dúvidas, até para ficar um pouco mais claro, quando surgiram os 26 mil metros entendeu-se que os 26 mil metros eram naquela área onde existe benfeitorias. Esse era o nosso entendimento. Depois, por último, com o Ivan Cascaes, realmente o projeto não é expandido para essa área. E eu quero que fique bem claro: realmente esses 26 mil metros não pertencem a essa área, eles não estão dentro dessa área? Não está? Não está? É isso que tem que ficar bem claro. Isso precisa ficar bem claro para que a população entenda que os 26 mil metros não estão... Porque quando conversarmos com o Ivan Cascaes, Deputada Ana Paula, ele nos passou que os 26 mil metros vão ser a meia encosta para o trilho, até a plataforma, e um ponto de partida lá. Esses 26 mil metros realmente contemplam, então, essa área? Realmente, o que as benfeitorias que estão lá dentro não... Os 26 mil metros estão dentro dessa área, então? Porque o Vereador Pedro, Presidente da Câmara, foi muito correto quando fez o seu comentário: foi uma pena não trazer uma planta baixa da situação para ser mostrada. Então, na realidade faltou essa planta baixa. Agora, se não for contem plado...

Na realidade, de acordo com o Ivan Cascaes e analisando o projeto, o artigo 2º diz o seguinte: "As concessões de que trata esta lei têm por finalidade permitir aos concessionários a exploração de lojas, quiosques (...)", tal e tal. Esse artigo 2º teria que ser excluído; se não está dentro dessa área, o artigo 2º pode ser excluído! Aí o que acontece com o artigo 2º? Deixa-se exclusivamente para prática do turismo de aventuras ou a plataforma, para não ficar essa... E dentro da área, se existir outro projeto com outra área, aí sim se impõe e se coloca esses artigos para quiosques e restaurantes - dentro daquela área ali.

Outra coisa: que se peça prioridade para os nossos munícipes também nesse projeto - mas daí seria um projeto separado. (*Palmas.*)

(*Manifestação inaudível fora do microfone.*)

Ele também é um dos proprietários do som que está aqui, e é um dos proprietários que está lá há muitos anos, assim como temos a Sandra e outras pessoas. Então é essa a discussão. Mas que fique bem claro que os 26 mil metros não estão dentro desta área do mirante; para ficar bem claro, não está dentro da área do mirante! E se for fazer um projeto dentro da área do mirante, então que se contemplem os quiosques e tal, com prioridade para os nossos Municípios.

Agradeço o espaço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito obrigado, Vereador.

Informo que nós temos apenas mais três inscritos.

Passo a palavra para ao próximo orador, o senhor Emir Tezza, presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores de Lauro Müller.

O SR. EMIR TEZZA - Boa-tarde, companheira Ana Paula, Deputado Nei Ascari. Eu queria cumprimentar todas as autoridades e parabenizar os jovens da escola pela presença, porque o nosso futuro está na mão deles.

O nosso Município foi pego de surpresa com a forma... Em momento algum, nas manifestações feitas aqui, comentaram sobre Lauro Müller. E é como se Bom Jardim fosse o cinema e a tela do cinema pertencesse a Lauro Müller, mas em momento algum Lauro Müller foi citado - respeitando os nossos grandes companheiros do Município de Bom Jardim da Serra. O que nós queremos é que esses empreendedores não façam investimento só no Município de Bom Jardim, mas que também façam algum investimento no Município de Lauro Müller, porque nós não podemos assistir ao desenvolvimento do Município vizinho e nós servirmos somente de passagem. Futuramente, talvez coloquem pedágio nas estradas, e qual será a participação do nosso Município? Qual seria o valor repassado aos Municípios? Porque, pelas manifestações que estamos vendo aqui, é só Bom Jardim - claro, respeitando Bom Jardim; eu me sinto muito bem em Bom Jardim. Mas em todas as propagandas feitas pelos hotéis do Brasil e daqui da região fala-se na Serra do Rio do Rastro como se fosse um patrimônio da serra, e na verdade é um patrimônio da serra e também de Lauro Müller!

Eu gostaria de agradecer a todos pela presença e de me desculpar, se eu falei alguma coisa que tenha ofendido os nossos conterrâneos, os cidadãos bom-jardi nenses.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito obrigado, senhor Emir.

Passo a palavra ao senhor Jorge Rodrigues Borges, Secretário Municipal de Turismo de Bom Jardim da Serra.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO JORGE RODRIGUES BORGES (Bom Jardim da Serra/SC) - Cumprimentando o Deputado José Nei Ascari, a Deputada Ana Paula, quero saudar as demais autoridades e também todo o público que se faz presente aqui. Acho que hoje Bom Jardim vive um dia histórico em relação à participação popular.

Para aquelas pessoas que talvez defendessem não ser necessária uma audiência pública, talvez esse projeto já estivesse votado, e nós não teríamos conseguido algumas mudanças nesse projeto em prol do povo de Bom Jardim da Serra. Todos os que já falaram aqui defendem algumas alterações nesse projeto, como a manutenção dos comerciantes que já estão ali há vários anos, assim como nós somos a favor de que se faça um plano diretor de toda essa área do mirante.

Pela informação que eu obtive, a área total ali, que pertence ao Estado, é de aproximadamente 64 hectares. Então, é uma área bem ampla, e eu acho que ela não pode ficar restrita apenas a esse empreendimento.

Um dos pontos também que nós defendemos é que talvez os recursos gerados com essa concessão sejam aplicados aqui, no Fundo Municipal de Turismo. E eu vou dar a seguinte justificativa: Bom Jardim não se restringe turisticamente ao Mirante da Serra do Rio do Rastro. Nós temos uma área de 935 quilômetros quadrados, onde nós temos - eu fiz questão, eu mapeei - 22 pontos com potencial turístico de desenvolvimento. A pergunta que eu faço: vindo esse empreendimento, será que os visitantes que vêm a Bom Jardim se contentarão em apenas ficar ali na Serra do Rio do Rastro? Com esse dinheiro aplicado no Fundo Municipal de Turismo talvez nós pudéssemos estruturar outros pontos, como o ex-Prefeito Essiorni falou, porque nós temos várias belezas aqui no nosso Município e talvez com isso tivéssemos condições de manter esses turistas aqui por muito mais tempo. (*Palmas.*) [*Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza*]

Voltando a essa área que pertence ao Estado, que se providencie o mais rápido possível o levantamento de toda essa área para ver se os limites, as divisas ainda estão todas como foi na época da desapropriação. Então seria bom que se fizesse todo um levantamento, para vermos exatamente se o terreno está batendo com as matrículas.

Era isso o que eu tinha a dizer a todos os senhores. O meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Muito obrigado, senhor Jorge.

Para encerrar as manifestações, convido para fazer uso da palavra a aluna Ana Paula Leonel da Rosa Leonel, do ensino médio, que representa a Escola de Educação Básica Adolfo José Martins. (*Palmas.*)

A ESTUDANTE ANA PAULA LEONEL DA ROSA LEONEL - Boa-tarde a todos. Este é um momento importantíssimo para o rumo de Bom Jardim da Serra. Por isso é uma satisfação poder fazer parte deste momento tão significativo, principalmente por termos um espaço para expressarmos a nossa opinião. A escola não é só um lugar de formação científica, mas também tem por obrigação aguçar os jovens a olhar a sociedade com criticidade e a lutar para que a mesma seja um ambiente melhor para se viver.

Nós, alunos do ensino médio da Escola de Educação Básica Adolfo José Martins, discutimos o projeto em questão. Já que de certa forma o mesmo altera o nosso modo de vida, e como somos o futuro da Nação, estamos aqui para que a nossa voz seja ouvida e para que ela tenha valor. Lemos e discutimos o projeto em sala de aula; vimos o lado positivo e o lado negativo deste e percebemos que a objetividade do texto gerou diversos questionamentos. Entre eles, quais os ganhos reais para os bom-jardinenses? De que forma a população será beneficiada? Qual o público esse empreendimento vai atender e

priorizar? Será que a nossa cidade comporta um investimento tão elitizado? Para a concorrência das terras, a população de Bom Jardim da Serra terá prioridade? Precisamos dessas respostas para ter uma opinião mais concreta e então pensar que o projeto será uma possibilidade benéfica para a nossa sociedade.

Entendemos que a nossa cidade tem potencial turístico a ser explorado e concordamos que precisamos aproveitar melhor esse setor, mas não achamos viável esse projeto da forma como ele se apresenta. Precisamos de mais dados e informações, não simplesmente entregar para a iniciativa privada explorar por trinta anos algo que o Poder Público Municipal deveria fazer em parceria com os moradores de Bom Jardim da Serra e de cidades vizinhas.

Sendo assim, esperamos que haja bom-senso em relação à aprovação desse projeto e que se priorize a população da nossa cidade. Afinal, esse é o lugar que escolhemos para viver e criar os nossos filhos. Que tudo isso seja levado em consideração.

Atenciosamente, alunos do ensino médio da Escola de Educação Básica Adolfo José Martins. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Nós começamos a audiência pública com a manifestação da Ana Paula Deputada e agora encerramos com a Ana Paula aluna, que tem um futuro promissor, pelo visto aqui na nossa audiência pública.

Para as suas considerações finais, eu passo a palavra, com muita alegria e satisfação, à Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ANA PAULA LIMA - Obrigada, Presidente, e mais ainda muito obrigada por dividir conosco a responsabilidade de estar aqui no Município para debater este tema.

Por si só, senhores Prefeitos e senhores Vereadores, já foi importante esta audiência pública porque a comunidade se mobilizou para ela e os munícipes aqui vieram, Sandra. Eu acho que esse foi o assunto da cidade durante esse tempo todo, na Câmara de Vereadores, Lauri, entre os nossos empresários, com o nosso Prefeito, com os comerciantes. E olha que coisa maravilhosa a escola debater um tema tão importante! Esses jovens preocupados com a cidade! Isso é cidadania. Isso é respeito pela terra. Isso é participação. Por isso estou muito feliz em estar aqui, porque além desse empreendimento, o qual eu tenho certeza que vai ser maravilhoso aqui no Município, vocês estão participando da decisão. E esta foi a nossa preocupação, tanto minha quanto do Deputado José Nei: que a comunidade tivesse conhecimento. Esse patrimônio do Estado de Santa Catarina é dos catarinenses e, principalmente, do Município onde haverá esse empreendimento.

Ninguém aqui, Presidente José Nei, manifestou-se contrário ao empreendimento. Ninguém! Ninguém se manifestou contra. Eu acho que todos querem o empreendimento, que vai ser bom para a cidade, vai ser bom para o Estado, vai ser bom para o turismo. Essa é uma indústria sem chaminé! O turismo é uma indústria sem chaminé, é uma coisa limpa e onde todos ganham; ganha o dono do empreendimento, ganha o comerciante, ganha o Município, ganha todo mundo! A cidade fica bonita, sempre se preocupando, Alex, com a questão ambiental. Mas aqui ninguém se manifestou contra o empreendimento; todo mundo é a favor do empreendimento. O que nós queríamos era ouvir a comunidade e nós vamos levar esse debate para a Assembleia Legislativa dizendo que aqui na cidade querem um empreendimento dessa natureza, mas dentro dessa legislação proposta pelo Governo do Estado, Prefeito, tem algumas dúvidas, principalmente se o Mirante da Serra está dentro ou não do espaço delimitado. Essa é a grande preocupação, eu acredito.

A outra grande preocupação que nós também coletamos aqui, Deputado José Nei, que vai fazer os encaminhamentos, é o recurso oriundo dessa oneração que o empresário pagará para o Estado. Vai ficar onde? Vai ficar com o Estado de Santa Catarina? E o Fundo Municipal de Turismo não ganhará nada? O Município não ganhará nada? Devido a essas dúvidas eu acredito que nós tenhamos que fazer a correção na lei, que foi isso o que nós detectamos diante de todas as manifestações dos senhores e das senhoras na tarde de hoje. Então, nós ficamos muito felizes.

Nós também já demos o nosso cartão para alguma manifestação; tem pessoas que também querem se manifestar depois - algumas modificações em alguns artigos. Eu acredito que nada vá prejudicar um investimento dessa natureza, mas aqui nós queremos salvaguardar o interesse das pessoas, de homens e mulheres que moram neste Município. E eu acredito que as manifestações de hoje foram para isto: conhecerem, debaterem, discutirem no barzinho, no supermercado, no cabeleireiro, em tudo quanto é lugar onde vocês andem porque Bom Jardim merece isso, sim. É uma terra tão linda!

É maravilhosa esta grande indústria que é a indústria do turismo, mas para isso nós temos que preservar aqueles que aguentaram durante muitos anos! Sandra, o mensageiro da Serra vinha aqui a cavalo trazer as cartas para esta população; através daquela Serra, que é o Caminho dos Tropeiros, é que se uniu essas pessoas que acreditaram nesta terra. Elas precisam ser ouvidas, respeitadas. Por isso que tanto eu quanto o Deputado José Nei estamos aqui para esclarecer a vocês todas essas dúvidas.

O outro encaminhamento é que se precisa fazer o processo licitatório; para os empresários que querem participar vai ter ali toda a legislação pertinente, vai ter que ter o plano diretor. E ainda não há o plano diretor! Mas nós também não podemos aprovar uma legislação sem um plano diretor. E que vocês tenham conhecimento de aonde vai passar, de quem fica dentro, de quem fica fora, para vocês terem a certeza de que todas as suas preocupações foram sanadas.

Obrigada pela presença de todos, obrigada pela participação. E nós retornaremos aqui, não é Deputado José Nei, para que, se houver dúvidas, nós possamos esclarecê-las.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Fora do microfone, o senhor Essiorni Cardoso da Silva, ex-Prefeito de Bom Jardim da Serra, pede para fazer uso da palavra.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Com a palavra o senhor Essiorni Cardoso da Silva, ex-Prefeito de Bom Jardim da Serra.

O SR. ESSIORNI CARDOSO DA SILVA - **E**xiste uma verba de R$ 6 milhões que foi destinada pela empresa que construiu o Parque Eólico. Esse dinheiro está depositado na Fatma. Então eu queria que os caros Deputados fizessem ciente disso a Fatma e que esses R$ 6 milhões já pudessem ser gastos em benefício de abertura de cânions ou no próprio parque que está sendo criado ali no Mirante da Serra do Rio do Rastro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual José Nei Ascari) - Proposta.

Rapidamente, eu gostaria de agradecer a presença de tanta gente nesta tarde, neste clube. A presença maciça de vocês dá a este debate a importância necessária para que nós, na Assembleia, possamos atentar para aspectos aqui levantados dessa proposta encaminhada pelo Governo do Estado. Eu quero agradecer aos componentes da mesa, a todos aqueles que se manifestaram nesta audiência pública.

Esta é a nossa missão, esta é a nossa responsabilidade. Na medida em que a proposta gera algum tipo de dúvida se faz necessária a busca pelo esclarecimento, pela informação, para que nós, após este debate, possamos discutir isso no âmbito das Comissões pertinentes da Assembleia Legislativa com base naquilo que foi colhido aqui de subsídios, com um pouco mais de propriedade, para levarmos ao plenário e definitivamente entregarmos à sociedade catarinense a melhor solução, e que contemple, sim, o investimento que aqui está sendo proposto. Como já falou a Deputada Ana Paula, aliás, com muita propriedade, parece-me que não há contrariedade, em função de todas as manifestações aqui realizadas, mas evidentemente algo precisa ser modificado, aperfeiçoado, para que nós possamos contemplar também os interesses da comunidade manifestados aqui por todos aqueles que tiveram a oportunidade de usar a palavra. A Assembleia está à disposição para receber, não só neste particular mas nos vários temas que são lá tratados, contribuições como as que foram dadas aqui nesse momento para que juntos consigamos encontrar soluções que possam atender a demanda da nossa gente.

Muito obrigado a todos pela presença e contem sempre com a disposição do Parlamento catarinense para os encaminhamentos que todos entenderem convenientes. Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada.*) [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*] [*Revisão final: Denise V. Silva*] [*Leitura Final:Almerinda Lemos Thomé*]

PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Deputado Estadual José Nei Ascari

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputada Estadual Ana Paula Lima

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 26 REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Angela Albino, Darci de Matos, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Renato Hinnig e Valmir Comin. O Deputado Antônio Aguiar justificou sua ausência mediante ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação as atas da 24ª e 25ª reuniões ordinárias, sendo aprovadas por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Renato Hinnig** relatou o PL./0335.0/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação quanto à presença ou não de lactose, nos rótulos das embalagens dos produtos alimentícios fabricados no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete para o Deputado Valmir Comin. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PLC/0018.6/2014, que altera a Lei Complementar nº 188, de 1999, e a Lei Complementar nº 391, de 2007, que institui o Fundo Especial da Defensoria Dativa e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foram solicitados vistas em mesa pelos Deputados Renato Hinnig e Dirceu Dresch. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0158.0/2013, que torna obrigatória a divulgação do serviço Vivavoz 132, do Governo Federal, que orienta e informa sobre a prevenção, o uso de drogas e seus efeitos no organismo, seu parecer foi pela rejeição da matéria, posto em discussão, em acordo, foi retirado pelo Presidente em virtude do autor do projeto não estar presente. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PRS/0004.5/2013, que institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Programa de Promoção do Uso de Energia Renovável, seu parecer foi favorável a um novo diligenciamento a Mesa Diretora da Casa, devendo a matéria retornar na próxima reunião da Comissão, independentemente de manifestação ou não da Mesa Diretora, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0002.3/2014, que dispõe sobre a adequação de provas aos portadores de deficiência visual nas situações que menciona, seu parecer foi favorável ao diligenciamento a Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) e ao Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, posto em discussão e votação foi aprovado por maioria. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0144.5/2014, que institui o mês "Maio Amarelo", dedicado à ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete para o Deputado Renato Hinnig. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0122.0/2013, que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina, denominado Observatório da Violência contra a Mulher-SC, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0194.4/2014 que dispõe sobre a doação de um imóvel, de propriedade do Estado, no Município de Campos Novos, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o PL./0418.1/2013, que institui a campanha Ciclista Protegido, no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** apresentou seu voto vista ao PL./0164.9/2013, que altera a Lei nº 15.694, de 2011, que dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) e estabelece outras providências, seu voto vista foi favorável a matéria com apresentação de emendas modificativa e aditiva, posto em discussão, foi cedido vista em mesa ao Deputado Marcos Vieira. Os Deputados Dirceu Dresch e Renato Hinnig, devolveram sem manifestações seus pedidos de vistas em mesa ao PLC/0018.6/2014, posto em votação foi aprovado por unanimidade A **Deputada Angela Albino** relatou o PL./0180.9/2011, que dispõe sobre vacinação, distribuição de medicamentos e realização de exames aos portadores de hepatites e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Darci de Matos** relatou o PLC/0023.3/2014, que altera o parágrafo único do art. 11-B da Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado, para incluir o Município de Jupiá na Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana do Extremo Oeste, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** devolveu seu pedido de vista em mesa ao PL./0164.9/2013, dando as devidas explicações ao trâmite da matéria, mantendo seu voto favorável na forma original. O Presidente colocou em votação, inicialmente, o voto vista do Deputado Dirceu Dresch, sendo rejeitado pela maioria, em seguida foi colocado em votação o parecer do Deputado Marcos Vieira, sendo aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze.

Deputado Gilmar Knaesel
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Reno Caramori, Carlos Chiodini, Gelson Merísio, Marcos Vieira e Volnei Morastoni. Aberto os trabalhos o Presidente, colocou em discussão a Ata da Oitava Reunião Ordinária, que em votação foi aprovada por unanimidade. Dando sequência, o Presidente submeteu para votação o Projeto de Lei Complemenar nº PLC/0023.3/2015 de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, que inclui o município de Jupiá, na Região de Expansão Metropolitana do Extremo Oeste de Santa Catarina, com parecer pela aprovação. Em deliberação o projeto foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, para constar eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia.

Sala das Comissões, nove de dezembro de dois mil e quatorze.

Deputado Reno Caramori
Presidente

*** X X X ***

EXTRATO

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação, o Extrato nº 155/2014 publicado dia 01/12/2014 no Diário da Assembleia nº 6.762, página 09,"onde se lê" publicado no dia 01/12/2014, "leia-se" Publicado no dia 15/12/ 2014.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2014.

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1584

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a Vossas Excelências que decidi vetar parcialmente, por ser inconstitucional, o autógrafo do Projeto de Lei nº 238/2012, que "Dispõe sobre norma de

segurança, fiscalização e a manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, playgrounds, parques infantis e praças, instalados em espaços públicos e em bufês infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências".

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º

"Art. 3º A autoridade competente fiscalizará a existência de Laudo Técnico e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), semestralmente, para todos os equipamentos instalados nos espaços públicos e estabelecimentos referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 4º A não observância das determinações contidas nesta Lei, quando se tratar de espaços de lazer de domínio do Poder Público implicará:

I- em advertência por escrito ao responsável pela administração do estabelecimento; e

II- fechamento imediato de todo o espaço de lazer até a sua adequação às determinações contidas nesta Lei.

Art. 5º A não observância das determinações contidas nesta Lei, quando se tratar de estabelecimentos particulares acarretará:

I- notificação para adequação no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

II- multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e mais 30 (trinta) dias para adequação em caso de reincidência; e

III- interdição definitiva de todo o estabelecimento até a completa regularização, no caso de nova reincidência.

Art. 6º As adequações decorrentes desta Lei devem ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da sua regulamentação pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de ate 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação."

Razões do veto

"O autógrafo do Projeto de Lei nº 238/2012 deve sofrer veto parcial em razão da inconstitucionalidade formal dos seus arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º.

Ao fixar o prazo de 90 (noventa) dias ao Poder Executivo (art. 7º), a proposição legislativa incorreu em inconstitucionalidade, na medida em que transfere a regulamentação e a consequente execução da lei ao Poder Executivo, interferindo, sem dúvida, nas atribuições privativas do Governador do Estado, nos termos do art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição da República.

O Supremo Tribunal Federal é unanime em afirmar a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos. Neste sentido, vale citar:

"Segundo a Carta da República, incumbe a Chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea "e" do § 1º do art. 61 da Constituição Federal" (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-05-04).

Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado" (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 7-06-01, DJ de 29-08-03).

È indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelem as atribuições de órgão pertencente a estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ 2-12-05)."

Fundamental consignar que a regulamentação da lei exigirá do Poder Executivo a organização de equipe técnica especializada em fiscalizar a instalação, a manutenção e o funcionamento dos equipamentos de que trata o art. 1º do projeto de lei, os cartazes informativos dos referidos equipamentos, bem como a aplicação da multa na hipótese de não cumprimento das obrigações previstas no texto normativo, o que significa criar novas funções e cargos públicos, nomear pessoal, além de exigir a destinação de recursos financeiros para cumprimento material da norma, gerando aumento de despesa pública, o que afronta o art. 52, inciso I, da Constituição do Estado.

Pelo simples fato de criar despesa não contemplada na lei orçamentária, a proposição também afronta as disposições do art. 123, inciso III, da Constituição Estadual.

A ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32 da Constituição Estadual, é flagrante, na medida em que novas atribuições na máquina administrativa deverão ser criadas quando da edição do regulamento da lei pelo Poder Executivo para execução da lei de iniciativa parlamentar.

Diante do exposto, recomenda-se o veto parcial ao Projeto de Lei nº 238/2012, em razão da inconstitucionalidade formal dos seus arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º."

Apesar da incompetência do Estado e dos bons propósitos do Poder Legislativo, e com fulcro no parecer da PGE, concluo que os arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do autógrafo do Projeto de Lei nº 238/2012 apresentam vícios de inconstitucionalidade. Isso porque dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública e criar medidas que acarretem despesas são de competência privativa do Governador do Estado. E isso ocorre com a fiscalização de todos os equipamentos instalados nos espaços públicos, penalizações de advertência ou multa em caso de descumprimento, nos termos dos arts. 3º, 4º e 5º do aludido autógrafo.

Por outro lado, a proposição legislativa incorre em inconstitucionalidade na medida em que transfere a regulamentação e a consequente execução da lei ao Poder Executivo no prazo fixado pelo Poder Legislativo, o que interfere nas atribuições privativas do Governador do Estado em desconformidade com a Constituição do Estado.

Essas senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 8 de dezembro de 2014

JOÃO RAIUMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/12/14

LEI Nº 16.517, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre normas de segurança, fiscalização e a manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, playgrounds, parques infantis e praças, instalados em espaços públicos e em bufês infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os equipamentos de lazer em parques de diversões, playgrounds, parques infantis e praças, instalados em áreas públicas e em bufês infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, devem estar de acordo com as normas definidas na NBR 14350-1 e 14350-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a sua instalação, manutenção e o seu funcionamento.

Art. 2º Ao lado de cada equipamento instalado nos locais referidos no art. 1º desta Lei devem ser afixados cartazes, em local visível para os seus usuários, indicando suas especificações e limitações para uso, conforme instrução do fabricante, nos termos da Norma Técnica vigente expedida pela ABNT, com uma via do Laudo Técnico dos equipamentos.

Art. 3º (Vetado)

Art. 4º (Vetado)

Art. 5º (Vetado)

Art. 6º (Vetado)

Art. 7º (Vetado)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 8 de dezembro de 2014.

JOÃO RAIUMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0320.3/2014

Altera a Lei nº 3.247, de1963, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho

Art. 1º A Lei nº 3.247, de 5 de julho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho, como sede no Município de Pinhalzinho.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei, em anexo, que visa alterar a Lei nº 3.247, de 5 de julho de 1963, em razão da mudança da denominação da entidade, conforme demonstrado nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 321/2014

Institui o Plano de Previdência Complementar para deputados e servidores exclusivamente ocupantes de cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Plano de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESCPREV para os deputados e servidores exclusivamente ocupantes de cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o disposto na Lei Complementar nacional nº 108, de 29 de maio de 2001, na Lei Complementar nacional nº 109, de 29 de maio de 2001 e no art. 97 da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008.

Art. 2º O Plano de que trata esta Lei terá a Assembleia Legislativa como patrocinadora, sendo de caráter facultativo, contributivo e estruturado na modalidade de Contribuição Definida, observado o disposto nesta Lei e os padrões mínimos fixados pelos órgãos reguladores e fiscalizadores do regime de previdência complementar.

Art. 3º Ato de Mesa regulamentará os respectivos planos de custeio e de benefícios, as condições de elegibilidade, de resgate e de dependência dos participantes, os quais serão elaborados e geridos por entidade fechada multipatrocinada de previdência complementar, com a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e assegurem financiamento por meio de capitalização.

Art. 4º São fontes de receitas para a cobertura dos benefícios e de despesa administrativa advindos desta Lei:

I - contribuição normal mensal do participante no percentual que pode variar entre quatro e quinze por cento incidente sobre o subsídio mensal do deputado ou sobre a remuneração mensal do servidor inscrito no Plano;

II - contribuição normal mensal da Assembleia Legislativa, na condição de patrocinadora, no valor igual ao do participante até o limite de oito por cento incidente sobre o subsídio mensal do deputado ou sobre a remuneração mensal do servidor inscrito no Plano;

III - contribuições extraordinárias paritárias entre o participante e a Assembleia Legislativa, nos limites estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, efetuadas para dar cobertura ao tempo de serviço passado dos participantes que ingressarem no Plano no prazo previsto no art. 7º.

IV - contribuições esporádicas dos participantes sem contrapartida da Assembleia Legislativa; e

V - contribuição mensal do participante que cessar o vínculo com a Assembleia Legislativa e optar por manter sua inscrição no Plano, na forma de autopatrocínio, nesta incluída a contribuição que cabia à patrocinadora; e

VI - outras previstas em regulamento.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, entende-se por remuneração mensal do servidor a que se refere o inciso I deste artigo o vencimento, o adicional por tempo de serviço e eventual gratificação do cargo.

Art. 5º Será assegurado pela Assembleia Legislativa, de forma paritária com o deputado estadual, nos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 4º, o custeio do tempo de mandatos eletivos ininterruptos, retroativo ao mês de maio de 2001, denominado Tempo de Serviço Passado.

Art. 6º Será assegurado pela Assembleia Legislativa, de forma paritária com o servidor exclusivamente ocupante de cargo de provimento em comissão, nos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 4º, o custeio do tempo de serviço anterior a sua inscrição no plano prestado, de forma ininterrupta, ao legislativo estadual na qualidade de servidor exclusivamente ocupante de cargo de provimento em comissão, retroativo ao mês de maio de 2001, denominado tempo de serviço passado.

Art. 7º O direito a que se referem os arts. 5º e 6º somente será exercido pelo deputado estadual ou servidor que promover sua inscrição no Plano até trinta dias, contados da data de sua aprovação pelo órgão governamental competente.

Art. 8º O valor das obrigações atuariais do tempo de serviço passado, correspondente ao mandato eletivo previsto no art. 5º e ao tempo de serviço anterior do servidor exclusivamente ocupante de cargo de provimento em comissão previsto no art. 6º, será integralizado na forma estabelecida no plano de custeio elaborado por entidade fechada multipatrocinada de previdência complementar, na forma do regulamento, paritariamente pelo participante e a Assembleia Legislativa, nos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 4º.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 10. A Mesa regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias contados da sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Kennedy Nunes
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Gilmar knaesel
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Pe. Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/14

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade instituir o Plano de Previdência Complementar para deputados e servidores exclusivamente ocupantes de cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A iniciativa tem fundamento no disposto no art. 97 da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho 2008, bem como nas Leis Complementares nacional nsº 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

A Constituição Federal remete ao regime geral de previdência social os deputados estaduais não vinculados a regime próprio de previdência e todos os servidores exclusivamente ocupantes de cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Nesta condição contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, apenas e tão somente até o teto de contribuição do regime geral.

Assim sendo, a proposição propicia aos membros do Poder Legislativo e aos servidores ocupantes de cargo, exclusivamente, comissionados a faculdade de recolherem contribuições previdenciárias que lhes permitam complementar seus futuros proventos.

Essas são as razões que orientam os autores a iniciar o presente processo legislativo e solicitar aos senhores Deputados a sua aprovação.

*** X X X ***